

# Ibitu Energia S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263PM-016-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	8
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	20

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**IBITU ENERGIA S.A.**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

## 1. Mensagem da Administração

O exercício de 2025 representou um dos anos mais relevantes da história da Ibitu Energia, marcado por uma importante reorganização societária e financeira, pelo fortalecimento da estrutura de capital e pela atuação em um cenário operacional extremamente desafiador para o setor de energia renovável no Brasil.

Ao longo do ano, a Companhia executou a criação da Tupi Energias Renováveis S.A., consolidando sob essa nova holding os ativos operacionais eólicos dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Paralelamente, realizou a reestruturação de seu endividamento por meio da emissão de debêntures no valor de R\$ 820 milhões e do pré-pagamento de financiamentos junto ao BNDES no montante de R\$ 290,3 milhões. Essa reorganização permitiu alongar o perfil da dívida, liberar garantias, simplificar a estrutura societária e posicionar a Companhia para um novo ciclo de otimização de capital e crescimento sustentável.

O setor elétrico brasileiro enfrentou, em 2025, um cenário operacional adverso, especialmente em razão do aumento significativo das restrições à geração de energia impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), denominadas *curtailment*, que afetaram de forma relevante os geradores renováveis, sobretudo na região Nordeste. O corte involuntário de 441.837 MWh (\*) representou impacto financeiro estimado em R\$ 120,6 milhões. Mesmo nesse cenário, a Ibitu Energia manteve elevada disponibilidade operacional de seus ativos, honrou integralmente seus contratos de venda de energia e preservou sua geração de caixa operacional.

A geração de caixa operacional atingiu R\$ 306,9 milhões, um avanço de 25% em relação ao exercício anterior, confirmando a robustez dos ativos e a qualidade dos contratos de longo prazo da Companhia.

Entendemos que as medidas estratégicas implementadas ao longo de 2025 fortaleceram a posição financeira e operacional da Companhia e estabeleceram bases sólidas para a continuidade da geração de valor de longo prazo.

Olhando para 2026 e os anos seguintes, a Companhia enxerga perspectivas positivas: a aprovação da Lei nº 15.269/2025 abre caminho para o ressarcimento de aproximadamente R\$ 54,7 milhões pelos cortes de geração sofridos; a estrutura de dívida consolidada majoritariamente em indexadores de inflação protege margens no longo prazo; e o banco de projetos *greenfield* permanece disponível para execução à medida que as condições de expansão da rede de transmissão e os retornos esperados se mostrem adequados.

A estratégia da Companhia permanece baseada nos pilares de eficiência operacional dos ativos, gestão ativa de contratos de energia, disciplina na alocação de capital e crescimento seletivo do portfólio de ativos.

## 2. Desempenho Operacional e Financeiro

A análise do desempenho financeiro de 2025 deve ser observada sob dois prismas complementares: (i) a geração de caixa operacional, que permaneceu robusta e crescente, evidenciando a saúde estrutural do negócio; e (ii) o resultado contábil, que refletiu efeitos não recorrentes e não de caixa decorrentes do ambiente regulatório e da reestruturação financeira.

A receita operacional líquida consolidada atingiu **R\$ 850,6 milhões em 2025**, crescimento de **11%** em relação aos **R\$ 765,9 milhões** registrados em 2024. O Ebitda consolidado da Companhia em 2025 foi de R\$ 273,4 milhões (o Ebitda Ajustado, retirando-se itens não recorrentes e o *curtailment*, chega a R\$ 395,3 milhões)

O incremento de **R\$ 159,9 milhões** nos custos totais é explicado, em aproximadamente **95,6%**, pelo aumento da linha de **Compra de Energia Elétrica**, diretamente causado pelo *curtailment*. Excluída essa linha, os demais custos operacionais cresceram apenas **4,4%**, refletindo a eficiência da gestão operacional e o controle dos custos fixos.

Os custos de operação e manutenção (O&M), no montante de **R\$ 87,7 milhões**, refletem a manutenção preventiva e corretiva de um portfólio com mais de **745 MW (\*) instalados**, com estrutura de terceirização de O&M nos principais complexos.

O lucro bruto atingiu **R\$ 169,7 milhões em 2025**, comparado a **R\$ 276,0 milhões em 2024**. A compressão de margem decorre essencialmente do impacto do *curtailment*. Excluído esse efeito, a margem estrutural do portfólio permanece consistente com a natureza dos ativos de geração renovável, com receitas contratadas de longo prazo.

O resultado positivo de processo de arbitragem do contrato da implantação de parte dos projetos eólicos, com **R\$ 13,0 milhões de indenização recebida** e ganhos com a realização de contratos anteriormente marcados a mercado contribuíram para atenuar parcialmente o impacto negativo do *curtailment* no resultado operacional.

A despesa financeira líquida consolidada atingiu **R\$ 209,7 milhões em 2025**, comparada a **R\$ 144,4 milhões em 2024**. O aumento de **R\$ 65,2 milhões** explica-se, principalmente, pela nova estrutura de debêntures da Tupi, além da atualização monetária das dívidas indexadas à inflação e dos custos associados à reestruturação financeira. As receitas financeiras totalizaram **R\$ 54,5 milhões**, provenientes de aplicações financeiras e caixa, parcialmente compensando as despesas financeiras.

O prejuízo líquido consolidado de 2025 foi de **R\$ 134,4 milhões**. Ao desagregar os fatores em relação ao lucro de **R\$ 26,4 milhões** do exercício anterior, observa-se que os principais vetores de deterioração são majoritariamente transitórios e/ou não caixa, principalmente relacionados ao impacto do *curtailment* e ao aumento das despesas financeiras decorrentes da nova estrutura de capital.

A geração de caixa operacional de **R\$ 306,9 milhões**, 25% superior ao exercício anterior, permanece como o indicador mais representativo da saúde financeira estrutural do Grupo.

### 3. Estrutura de Capital e Endividamento

A dívida bruta total consolidada ao final de 2025 atingiu **R\$ 1.821 milhões**. A dívida líquida, considerando caixa livre de **R\$ 238,2 milhões**, totalizou aproximadamente **R\$ 1.582 milhões**. O caixa total disponível, incluindo caixa restrito de **R\$ 121,7 milhões**, totalizou **R\$ 359,9 milhões**, refletindo sólida posição de liquidez.

A reestruturação realizada em 2025 proporcionou um perfil de amortização significativamente mais alongado, com maior concentração de vencimentos após 2030, criando um alinhamento natural entre o fluxo de caixa dos ativos e o serviço da dívida, uma vez que os contratos de venda de energia do portfólio possuem vencimentos entre 2043 e 2046.

Todos os *covenants* financeiros foram observados e cumpridos ao longo de 2025.

### 5. Mercado e Ambiente Setorial

O setor de energia renovável no Brasil enfrentou em 2025 um dos anos mais desafiadores de sua história recente, principalmente em função da saturação das linhas de transmissão, do aumento das restrições de geração (*curtailment*), da volatilidade de preços de energia, do aumento da penetração de fontes renováveis intermitentes e das discussões regulatórias relacionadas à compensação de *constrained-off* e à evolução do mercado livre de energia.

Nesse ambiente, empresas com gestão ativa de portfólio, comercialização integrada e estrutura de capital eficiente apresentaram maior resiliência operacional e financeira, o que ficou evidenciado no desempenho da Ibitu Energia ao longo do exercício.

## 6. Riscos e Oportunidades

O ambiente de negócios da Companhia continua diretamente relacionado às condições estruturais do setor elétrico brasileiro, especialmente à expansão da infraestrutura de transmissão, à evolução regulatória do setor e ao comportamento dos preços de energia no mercado livre. Entre os principais fatores de risco, destacam-se as restrições de transmissão que podem continuar gerando *curtailment*, a volatilidade dos preços de energia, os riscos hidrológicos e de vento inerentes às fontes renováveis, além de riscos regulatórios, de taxa de juros, inflação e refinanciamento da dívida ao longo do tempo. A exposição ao mercado de curto prazo também permanece como um elemento relevante de gestão de risco do portfólio.

Por outro lado, a Companhia enxerga oportunidades estruturais relevantes para os próximos anos, especialmente relacionadas ao crescimento do mercado livre de energia, à possibilidade de compensações regulatórias relacionadas ao *constrained-off*, à expansão do portfólio de geração renovável, ao desenvolvimento de novos projetos *greenfield* e à eventual rotação de ativos. Adicionalmente, a otimização contínua da estrutura de capital e a integração entre geração e comercialização seguem como importantes diferenciais competitivos do modelo de negócios da Companhia.

## 7. ESG e Sustentabilidade

A Ibitu Energia mantém compromisso com a geração de energia renovável, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento social das comunidades onde atua e segurança de seus colaboradores, por meio de iniciativas relacionadas à geração de energia limpa, redução de emissões de carbono, projetos sociais e educacionais, segurança do trabalho, desenvolvimento de colaboradores, gestão ambiental e governança corporativa.

## 9. Perspectivas

Ao olharmos para os próximos anos, vemos a Ibitu Energia posicionada de forma sólida, com ativos operacionais de alta qualidade, contratos de longo prazo, estrutura de capital adequada ao perfil do negócio e uma plataforma integrada de geração e comercialização de energia.

O ano de 2025 foi, sob diversos aspectos, um ano de transição e de construção de bases para o futuro. Reorganizamos a estrutura societária, reestruturamos o endividamento, alongamos o perfil da dívida, fortalecemos a liquidez, consolidamos ativos sob uma nova holding e atravessamos um dos ambientes operacionais mais desafiadores já enfrentados pelo setor renovável brasileiro. Ainda assim, a Companhia preservou sua geração de caixa operacional, manteve elevada disponibilidade de seus ativos e honrou integralmente seus compromissos contratuais e financeiros.

Para os próximos anos, nossas prioridades permanecem claras: recuperar margens operacionais à medida que o cenário de *curtailment* evolua, monetizar eventuais compensações regulatórias relacionadas às restrições de geração, continuar otimizando a estrutura de capital, manter disciplina na alocação de capital, fortalecer a atuação da comercializadora e crescer de forma seletiva, seja por meio de novos projetos, aquisições ou rotação de ativos.

Acreditamos que o setor de energia renovável continuará desempenhando papel central na matriz elétrica brasileira e na transição energética global. Empresas com ativos eficientes, contratos estruturados, gestão ativa de portfólio e disciplina financeira estarão melhor posicionadas para capturar valor nesse ambiente, e acreditamos que a Ibitu Energia se enquadra nesse grupo.

Seguimos confiantes na estratégia da Companhia, na qualidade de nossos ativos, na capacidade de nossa equipe e na geração de valor de longo prazo para nossos acionistas.

(\*) Informação não-financeira não auditada

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas e Diretores da  
**Ibitu Energia S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ibitu Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ibitu Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 31 de março de 2025.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani  
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

# Ibitu Energia S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

## Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.519	19.488	238.175	244.060
Contas a receber de clientes	6	-	-	84.514	90.766
Conta de ressarcimento de energia a receber - CCEE	7	-	-	163	400
Contas a receber de venda de projetos	5	-	-	11.298	14.118
Impostos e contribuições a recuperar	8	239	107	28.681	23.155
Adiantamentos a fornecedores		469	663	1.624	1.882
Dividendos a receber		-	7.678	-	-
Estoques de peças para manutenção das usinas	10	-	-	4.368	4.643
Despesas pagas antecipadamente		464	3.795	2.618	5.562
Depósitos judiciais		-	-	38	-
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	11	-	-	9.941	49.328
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	83.873	60.460
<b>Total ativo circulante</b>		<b>9.691</b>	<b>31.731</b>	<b>465.293</b>	<b>494.374</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Conta de ressarcimento de energia a receber - CCEE	7	-	-	548	11.988
Contas a receber de venda de projetos	5	-	-	-	9.883
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	11	-	-	111.720	65.585
Impostos e contribuições a recuperar	8	239	3.063	6.800	28.416
Impostos e contribuições diferidos	8	-	-	9.480	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	147.264	136.548
Depósitos judiciais		20	36	50	58
Partes relacionadas	9	26.644	96.507	-	-
<b>Total</b>		<b>26.903</b>	<b>99.606</b>	<b>275.862</b>	<b>252.478</b>
Investimentos	13	902.309	1.568.550	-	-
Imobilizado	14	1.329	1.419	2.195.060	2.327.229
Intangível	15	1.136	1.120	315.111	335.730
Ativo de direito de uso	23	-	-	88.941	94.684
<b>Total</b>		<b>904.774</b>	<b>1.571.089</b>	<b>2.599.112</b>	<b>2.757.643</b>
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>931.677</b>	<b>1.670.695</b>	<b>2.874.974</b>	<b>3.010.121</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>941.368</b>	<b>1.702.426</b>	<b>3.340.267</b>	<b>3.504.495</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Ibitu Energia S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	16	863	4.718	57.596	45.732
Salários e encargos sociais a pagar	-	5.840	11.924	18.172	11.924
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	16.834	63.664
Debêntures	18	-	-	122.630	81.768
Partes relacionadas	9	17.612	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	19	10	16	3.524	2.693
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	-	-	7.642	8.288
Contas a pagar de aquisição de empresas	20	-	-	18.556	18.856
Conta de ressarcimento de energia a pagar - CCEE	7	-	-	-	58.515
Dividendos a pagar	25 (b)	76	-	76	-
Arrendamentos	23	-	-	10.265	8.778
Licenças ambientais de instalação e operação	22	-	-	5.065	5.624
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	66.134	27.919
Outras contas a pagar		1	-	15	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>24.402</b>	<b>16.658</b>	<b>326.509</b>	<b>333.761</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	16	-	-	4.592	11.566
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	375.613	644.745
Debêntures	18	-	-	1.305.930	574.593
Contas a pagar de aquisição de empresas	20	-	-	97.612	100.162
Partes relacionadas	9	21.485	48.139	-	-
Impostos e contribuições diferidos	19	-	-	23.770	25.403
Conta de ressarcimento de energia a pagar - CCEE	7	-	-	104.478	375
Arrendamentos	23	-	-	91.202	89.918
Licenças ambientais de instalação e operação	22	-	-	2.488	4.257
Provisão para contingências	21	100	10	6.750	5.491
Provisão para desmantelamento	24	-	-	12.989	12.392
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	92.953	64.213
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>21.585</b>	<b>48.149</b>	<b>2.118.377</b>	<b>1.533.115</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
	<b>25</b>				
Capital social	-	1.001.116	1.608.918	1.001.116	1.608.918
Reserva de capital	-	27.305	27.305	27.305	27.305
Reserva de lucros	-	-	1.396	-	1.396
Prejuízos acumulados	-	(133.040)	-	(133.040)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>895.381</b>	<b>1.637.619</b>	<b>895.381</b>	<b>1.637.619</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>941.368</b>	<b>1.702.426</b>	<b>3.340.267</b>	<b>3.504.495</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Ibitu Energia S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados  
para os exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>26</b>	-	-	<b>850.582</b>	<b>765.947</b>
<b>Marcação a mercado de contratos de comercialização de energia</b>	<b>12</b>	-	-	<b>(29.790)</b>	<b>1.236</b>
				<b>820.792</b>	<b>767.183</b>
<b>Custos dos serviços</b>		-	-	<b>(651.066)</b>	<b>(491.182)</b>
Custos de operação	27	-	-	(87.738)	(84.179)
Depreciação do imobilizado	14	-	-	(148.317)	(146.533)
Depreciação do ativo de direito de uso	23	-	-	(4.432)	(4.431)
Amortização do intangível	15	-	-	(4.345)	(4.608)
Compra de energia elétrica	28	-	-	(356.907)	(204.113)
Encargos de uso da rede elétrica	29	-	-	(49.327)	(47.318)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>169.726</b>	<b>276.001</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(130.058)</b>	<b>25.703</b>	<b>(75.465)</b>	<b>(87.829)</b>
Serviços de terceiros	30	(1.445)	(750)	(10.429)	(15.735)
Despesas com pessoal	31	(9.588)	(5.574)	(49.321)	(37.578)
Despesas administrativas	32	(219)	-	(2.792)	(5.292)
Despesas com viagem		(233)	(765)	(2.196)	(3.014)
Depreciação do imobilizado	14	(90)	(92)	(419)	(461)
Depreciação do ativo de direito de uso	23	-	-	(987)	-
Amortização do intangível	15	(19)	(18)	(19.064)	(21.766)
Impostos e taxas		(17)	(125)	(489)	(1.016)
Reversão de (provisões para) contingências	21	(90)	68	(833)	78
Perda por valor recuperável de ativo	8	-	-	-	(3.780)
Resultado líquido na venda de ativo imobilizado		-	-	(1.581)	-
Ganho de indenização em discussão arbitral	21 (b)	-	-	13.048	-
Resultado de equivalência patrimonial	13	(118.619)	33.104	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		262	(145)	(402)	735
<b>Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(130.058)</b>	<b>25.703</b>	<b>94.261</b>	<b>188.172</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>33</b>	<b>(4.302)</b>	<b>693</b>	<b>(209.699)</b>	<b>(144.471)</b>
Receitas financeiras		1.162	709	54.513	47.697
Despesas financeiras		(5.464)	(16)	(264.212)	(192.168)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>	<b>(115.438)</b>	<b>43.701</b>

# Ibitu Energia S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados  
para os exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	-	-	(29.051)	(24.509)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	34	-	-	10.129	611
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício de operações continuidade</b>		<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>	<b>(134.360)</b>	<b>19.803</b>
Lucro do exercício de operações descontinuadas	1.2.1.3.1	-	-	-	6.593
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>		<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>	<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>

**As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.**

# Ibitu Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>	<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>	<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>	<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Ibitu Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.304.319</b>	<b>27.305</b>	-	-	<b>(16.996)</b>	<b>1.314.628</b>
Aumento de capital com conversão de dívida	25 (a)	449.449	-	-	-	-	<b>449.449</b>
Redução de capital com absorção dos prejuízos	25 (a)	(16.996)	-	-	-	16.996	-
Redução de capital	25 (a)	(127.854)	-	-	-	-	<b>(127.854)</b>
Lucro do exercício	25 (b)	-	-	-	-	26.396	<b>26.396</b>
<b>Destinação do lucro:</b>	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal - 5%	25 (c)	-	-	1.320	-	(1.320)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	25 (b)	-	-	-	-	(25.000)	<b>(25.000)</b>
Reserva de lucro para ser destinada em assembleia	25 (c)	-	-	-	76	(76)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.608.918</b>	<b>27.305</b>	<b>1.320</b>	<b>76</b>	-	<b>1.637.619</b>
Dividendos adicionais propostos	25 (c)	-	-	-	(76)	-	<b>(76)</b>
Redução de capital	25 (a)	(607.802)	-	-	-	-	<b>(607.802)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(134.360)	<b>(134.360)</b>
Reserva legal absorvida por prejuízo	25 (c)	-	-	(1.320)	-	1.320	-
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>1.001.116</b>	<b>27.305</b>	-	-	<b>(133.040)</b>	<b>895.381</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Ibitu Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>					
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>					
<b>(operações em continuidade)</b>					
		<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>	<b>(115.438)</b>	<b>43.701</b>
<b>Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos tributos com o fluxo de caixa</b>					
Depreciação do imobilizado	14	90	92	148.736	146.994
Depreciação do ativo de direito de uso	23	-	-	5.419	4.431
Amortização do intangível	15	19	18	23.409	26.374
Provisão para (reversões de) contingências	21	90	(68)	833	(78)
Juros sobre debêntures	18 e 33	-	-	71.537	44.293
Atualização financeira sobre debêntures	18 e 33	-	-	91.067	30.750
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17 e 33	-	-	39.696	60.756
Atualização financeira sobre empréstimos e financiamentos	17 e 33	-	-	1.681	2.717
Apropriação (amortização) de custos sobre empréstimos	17 e 33	-	-	558	791
Apropriação (amortização) de custos sobre debêntures	18 e 33	-	-	1.964	660
Atualização financeira sobre contas a pagar de aquisição de empresas	20 e 33	-	-	417	3.770
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	24 e 33	-	-	5.943	6.221
Ajuste a valor presente sobre contas a pagar de aquisição de empresas	20 e 33	-	-	14.518	16.473
Ajuste a valor presente – provisão para desmantelamento	24 e 33	-	-	(5.346)	(3.693)
Ajuste a valor presente – passivo de licença ambiental de operação	22 e 33	-	-	360	-
Atualização financeira sobre licença ambiental de operação	22 e 33	-	-	175	890
Atualização financeira sobre ICMS diferido	33	-	-	2.168	3.533
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	33	-	-	(312)	(1.633)
Ajuste a valor presente – passivo de arrendamentos	23 e 33	-	-	14.723	10.574
Atualização financeira de depósitos judiciais (intangível)	15 e 33	-	-	(121)	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	32.826	(1.362)
PIS e Cofins diferidos sobre contratos de comercialização de energia	12	-	-	(3.036)	126
Perda de valor recuperável de ativo tributário	-	-	-	-	3.780
Resultado líquido da venda de imobilizado	-	-	-	1.581	-
Resultado de equivalência patrimonial	13	118.619	(33.104)	-	-
		<b>(15.542)</b>	<b>(6.666)</b>	<b>333.358</b>	<b>400.068</b>
<b>(Aumento) redução de ativos</b>					
Contas a receber de clientes		-	-	6.252	(35.464)
Contas a receber de venda de projetos		-	-	12.703	-
Conta ressarcimento de energia a receber – CCEE		-	-	11.677	(2.632)
Impostos e contribuições a recuperar		2.692	(284)	3.044	(4.090)
Depósitos judiciais		16	(19)	(30)	31
Adiantamentos a fornecedores		194	140	258	3.422

# Ibitu Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Estoque de peças para manutenção das usinas		-	-	275	(8)
Outras contas a receber		-	135	-	384
Despesas pagas antecipadamente		3.331	(3.782)	2.944	(2.366)
Partes relacionadas		-	(385)	-	-
		<b>6.233</b>	<b>(4.195)</b>	<b>37.123</b>	<b>(40.723)</b>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>					
Fornecedores		(3.855)	3.272	4.890	19.548
Conta de ressarcimento de Energia a pagar - CCEE		-	-	45.588	(3.801)
Impostos e contribuições a recolher		(6)	(7)	10.733	1.310
Salários e encargos sociais a pagar		(6.084)	(702)	6.248	(702)
Partes relacionadas		8.697	-	-	46
Outras contas a pagar		1	(2)	15	(832)
		<b>(1.247)</b>	<b>2.561</b>	<b>67.474</b>	<b>15.569</b>
<b>Caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais</b>					
		<b>(10.556)</b>	<b>(8.300)</b>	<b>437.955</b>	<b>374.914</b>
(-) Juros pagos de empréstimos e financiamento	17 (e)	-	-	(41.136)	(60.654)
(-) Juros pagos de debêntures	18 (d)	-	-	(63.531)	(42.291)
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(26.357)	(26.094)
		<b>(10.556)</b>	<b>(8.300)</b>	<b>306.931</b>	<b>245.875</b>
<b>Atividades de investimento</b>					
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)		-	-	(6.748)	14.018
Aquisição de ativo imobilizado	14	-	(18)	(18.409)	(20.820)
Aquisição de intangível	15	(35)	(733)	(1.256)	(3.875)
Baixa de ativo imobilizado	14	-	-	261	647
Baixa de ativo intangível	15	-	-	2	88
Partes relacionadas	9	-	151.961	-	-
Redução de capital nas investidas	9	619.808	25.000	-	-
Pagamento de aquisição de empresas	20	-	-	(17.785)	(38.447)
Dividendos recebidos		7.678	-	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>					
		<b>627.451</b>	<b>176.210</b>	<b>(43.935)</b>	<b>(48.389)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>					
Empréstimos e financiamentos obtidos	17 (e)	-	-	-	1.624
Debêntures obtidos	18 (d)	-	-	820.000	80.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	17 (e)	-	-	(318.658)	(60.187)
Custo de captação de debêntures	18 (d)	-	-	(20.026)	(4.313)

# Ibitu Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas  
para os exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Custo de captação de empréstimos	17 (e)	-	-	1.897	977
Pagamento de debêntures	18 (d)	-	-	(128.812)	(69.101)
Pagamento de passivo de arrendamentos	23	-	-	(11.628)	(10.993)
Pagamento de passivo de licença ambiental de operação	22	-	-	(3.852)	(3.837)
Redução de capital	25	(607.802)	(127.854)	(607.802)	(127.854)
Dividendos pagos	25 (b)	-	(25.000)	-	(25.000)
Partes relacionadas	9	(20.062)	-	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>		<b>(627.864)</b>	<b>(152.854)</b>	<b>(268.881)</b>	<b>(218.684)</b>
<b>Caixa líquido originado nas atividades de investimentos de empresas descontinuadas</b>	<b>1.2.1.3.1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.716</b>
<b>Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(10.969)</b>	<b>15.056</b>	<b>(5.885)</b>	<b>2.518</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		19.488	4.432	244.060	241.542
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		8.519	19.488	238.175	244.060
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(10.969)</b>	<b>15.056</b>	<b>(5.885)</b>	<b>2.518</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Ibitu Energia S.A. ("Ibitu" ou "Companhia", ou ainda "Grupo" quando se referir à Companhia e suas controladas) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 31 de outubro de 2018 e possui sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12ª andar, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social a participação em sociedades, situadas no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista, que atuem, direta ou indiretamente no setor de energia, na realização de estudos, projetos construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica e de redes de transmissão de energia elétrica, em concessão de serviços públicos na área de energia, na exploração de aproveitamentos de potencial de energia, na realização de serviços e atividades pertinentes e compatíveis com a prestação de serviços energéticos, na geração, produção, comercialização, transmissão, distribuição de energia elétrica, inclusive todas as etapas intermediárias, assim como a operação e manutenção de tais sistemas, a atuação direta nas atividades mencionadas anteriormente e o exercício de atividades conexas ou relacionadas, a participação em procedimentos concorrenciais, licitações ou certames, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades ou pessoas, visando a execução das atividades acima mencionadas. É controlada pelo fundo de investimento Astra Infraestrutura I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP ASTRA").

Para operacionalização das atividades e segregação de forma independente dos parques eólicos, solares e comercializadora de energia, a estrutura societária está composta pelas seguintes "sub-holdings", constituídas para serem as controladoras diretas de diversas sociedades de propósito específico ("SPE"), responsáveis por implantar e explorar o potencial de parques eólicos e solares:

- Ibitu Energias Renováveis S.A. ("Ibitu Renováveis"); (sub-holdings da Ibitu Renováveis):
  - Ventus Energias Renováveis S.A. ("Ventus"), extinta em 2025 (Nota Explicativa no 1.1);
  - Brise Energias Renováveis S.A. ("Brise"), extinta em 2025 (Nota Explicativa no 1.1);
  - Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. ("Caldeirão Grande I" ou "CGER");
  - Caldeirão Grande 2 Solar S.A. ("CG2" ou "CG2 Solar");
  - Tupi Energias Renováveis S.A. ("Tupi"), criada em 2025 (Nota Explicativa no 1.1)
  - Éolos Energias Renováveis S.A. ("Éolos"); e
- Ibitu Comercializadora de Energia Ltda ("Comercializadora");

### 1.1. Reorganização Societária em 2025

Em 2025, o Grupo Ibitu realizou uma reorganização societária interna com o propósito de racionalizar e simplificar a estrutura do Grupo, gerando benefícios administrativos, operacionais, econômicos e financeiros. A principal medida foi a transferência das SPEs controladas pelas sub-holdings Ventus e Brise para uma nova holding do Grupo – Tupi Energias Renováveis S.A. ("Tupi"), integralmente controlada pela Ibitu Energia – e a consequente extinção das sub-holdings Ventus e Brise.

A operação foi conduzida por meio de aumentos de capital, mútuos financeiros, cisões parciais e incorporações, conforme detalhado a seguir:

- Em 01 de janeiro de 2025: a Companhia constituiu uma nova subsidiária, denominada Tupi Energias Renováveis S.A. ("Tupi"), inscrita no CNPJ sob o nº 59.115.685/0001-64.

A Tupi foi criada com o capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, e distribuídas da seguinte maneira: **(a)** 99.999 ações de titularidade da Companhia e **(b)** 01 ação de titularidade da subsidiária integral Ibitu Energias Renováveis S.A.;

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- Em 30 de janeiro de 2025: a Ibitu Energia se tornou a acionista única da Tupi;
- Em 17 de março de 2025: a Companhia transferiu para a Tupi a totalidade da participação que detinha na Ibitu Renováveis no montante líquido de R\$ 1.412.784 (Nota Explicativa no 13), deixando de ser controladora direta.
- Em 18 de março de 2025, a Tupi realizou sua 1ª emissão de debêntures simples (não conversíveis em ações), distribuída em duas séries sob rito de registro automático (Resolução CVM 160). A emissão foi efetivamente liquidada em 16 de abril de 2025 no montante total de R\$ 820.000 (Nota Explicativa no 18).
- Em 16 de abril de 2025: A Tupi utilizou parte dos recursos de sua emissão de debêntures para realizar um aporte na Ibitu Renováveis de R\$ 246.046. Esses valores foram imediatamente repassados às sub-holdings Brise e Ventus, que, por sua vez, capitalizaram as SPEs com o objetivo de liquidar o financiamento junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 17);
- Em 17 de abril e 12 de maio de 2025, a Companhia liquidou o pagamento da redução de capital social aprovada na AGE de 11 de fevereiro de 2025. O montante total de R\$ 607.802 (Nota Explicativa no 25) foi quitado em duas parcelas, de R\$ 569.655 e R\$ 38.147, respectivamente. Os recursos utilizados foram provenientes de reduções de capital efetivadas pela controlada Tupi (R\$535.000) e Ibitu Renováveis (R\$ 72.801);
- **(i)** Em 09 de maio de 2025 e **(ii)** em 30 de junho de 2025 – Cisão parcial da Ventus (09/05) e da Brise (30/06), com versão do acervo cindido (investimentos diretos possuídos nas SPEs) para a Ibitu Renováveis;
- Em 30 de junho de 2025: a Ibitu Renováveis foi parcialmente cindida com a incorporação do acervo cindido (investimentos diretos nas SPEs Ventus e SPEs Brise, além do ágio de aquisição relacionado) pela Tupi, no valor total de R\$ 954.976;
- Também em 30 de junho de 2025: houve cisão parcial da Tupi, com a incorporação do acervo cindido (totalidade do investimento da Tupi na Ibitu Renováveis) pela Ibitu Energia. Como resultado, a Companhia voltou a ser controlada direta e integral da Ibitu Renováveis, e a totalidade dos investimentos nas SPEs de Ventus e Brise foi transferida para a Tupi;
- Ainda em 30 de junho de 2025: a Ibitu Renováveis incorporou as sub-holdings Ventus e Brise, de modo que a Ibitu Renováveis é a entidade remanescente, enquanto Ventus e Brise foram extintas.

A seguir, tabela resumindo o antes e o depois do processo de reorganização societária intragrupo:

Tipo de sociedade	Nota	Em 01 de janeiro de 2025	Movimento societário	Após 30 de junho de 2025
Sub-holding	1.2.1	Ibitu Renováveis	-	Ibitu Renováveis
Sub-holding	1.2.1.1	CGER	-	CGER
Sub-holding	1.2.1.2	CG2	-	CG2
Sub-holding	1.2.1.3	Éolos	-	Éolos
Sub-holding	1.2.3.1	Ventus	Incorporada e extinta	-
2 SPEs	1.2.3.1	Complexo Icaráí	Transferidas para Tupi	-
3 SPEs	1.2.3.1	Complexo Taíba	Transferidas para Tupi	-
Sub-holding	1.2.3.2	Brise	Incorporada e extinta	-
5 SPEs	1.2.3.2	Complexo Riachão	Transferidas para Tupi	-
3 SPEs	1.2.3.2	Complexo Amontada	Transferidas para Tupi	-
Sub-holding	1.2.3	Tupi	-	Tupi
2 SPEs	1.2.3.1	-	Transferidas de Ventus	Complexo Icaráí
3 SPEs	1.2.3.1	-	Transferidas de Ventus	Complexo Taíba
5 SPEs	1.2.3.2	-	Transferidas de Brise	Complexo Riachão
3 SPEs	1.2.3.2	-	Transferidas de Brise	Complexo Amontada

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 1.2. Informações sobre os investimentos

As participações societárias diretas da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são:

Companhia	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Participação
Ibitu Energias Renováveis S.A.	1.2.1	100%	100%	Direta
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	1.2.2	100%	100%	Direta
Tupi Energias Renováveis S.A.	1.2.3	100%	-	Direta

#### 1.2.1. Ibitu Renováveis

A Ibitu Energias Renováveis S.A. tem por objeto social o desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos relacionados à geração, transmissão e/ou comercialização de energia elétrica, tais como, mas não se limitando, a: tecnologias e/ou metodologias e/ou processos para o setor de energia; pesquisa e desenvolvimento de projetos de energia; produção e/ou montagem de equipamentos e/ou partes de equipamentos, e/ou prestação de serviços técnicos destinados ao setor de energia, podendo desenvolver suas atividades diretamente ou mediante participação em outras sociedades que tenham em seu objeto atividades semelhantes ao objeto desta companhia e em parcerias com terceiros, inclusive por meio de consórcios. Com empreendimentos de parques eólicos nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e solar e eólico no Estado do Piauí.

##### 1.2.1.1. Caldeirão Grande I

A Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. é proprietária da totalidade das ações das sociedades abaixo identificadas, todas de propósito específico para a implantação e operação de centrais eólicas, que compõem o Complexo Eólico de Caldeirão I localizado no estado do Piauí, que se encontram em operação comercial conforme indicado abaixo:

Entidade	Despacho ANEEL nº	Data do Despacho	Data do início da operação comercial	Prazo de autorização
CGE Amontada S.A.	1.764	04/07/2016	05/08/2016	30 anos
CGE Aristarco S.A.	144	25/05/2017	26/05/2017	30 anos
CGE Bartolomeu S.A.	2.263 / 2.446	27/07/2017 e 10/08/2017	28/07/2017 e 11/08/2017	30 anos
CGE Boreas S.A.	2.151 / 2.530	18/07/2017 e 17/08/2017	19/07/2017 e 18/08/2017	30 anos
CGE Brite S.A.	1.818 / 2.858	23/06/2017 e 08/09/2017	24/06/2017 e 09/09/2017	30 anos
CGE Caiçara S.A.	2.152 / 2.738	18/07/2017 e 30/08/2017	19/07/2017 e 31/08/2017	30 anos
CGE Colibri S.A.	2.531	17/08/2017	18/08/2017	30 anos

#### a) Autorização

Conforme demonstrado adiante, estas SPEs do Complexo eólico Caldeirão I estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada realizado por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada da Éolos, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Entidade	Contrato	Resolução autorizativa ANEEL	Datas de início de suprimento	Data fim de suprimento	Capacidade de produção instalada - MW
CGE Amontada S.A.	Venda de Energia Eólica Incentivada	4.398/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
CGE Aristarco S.A.	Venda de Energia Eólica Incentivada	4.397/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
CGE Bartolomeu S.A.	Venda de Energia Eólica Incentivada	4.396/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
CGE Boreas S.A.	Venda de Energia Eólica Incentivada	4.399/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
CGE Brite S.A.	Venda de Energia Eólica Incentivada	4.390/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Entidade	Contrato	Resolução	Datas de início	Data fim de	Capacidade de
		autorizativa	de suprimento	suprimento	produção instalada -
		ANEEL			MW
	Incentivada				
	Venda de Energia Eólica				
CGE Caiçara S.A.	Incentivada	4.395/2013	01/01/2016	31/12/2035	29,7
	Venda de Energia Eólica				
CGE Colibri S.A.	Incentivada	4.394/2013	01/01/2016	31/12/2035	10,8

### b) Contrato de energia incentivada

As SPEs do Complexo de Caldeirão I estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, de acordo com o contrato, essas companhias estão obrigadas a entregar a energia Incentivada ao comprador, independentemente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da garantia física e/ou, se necessário, por meio de contratos de compra que vierem a ser celebrados com terceiros.

Durante o ano de 2025 e de 2024, as SPEs do Complexo de Caldeirão I compraram energia da Ibitu Comercializadora para suprir parte do contrato.

#### 1.2.1.2. Controladas da Caldeirão Grande II Solar

A Caldeirão Grande II Solar S.A. ("CG2") é proprietária da totalidade das ações das sociedades abaixo identificadas, todas de propósito específico para a implantação e operação de centrais solares, que compõem o Complexo Solar de Caldeirão II, localizado no estado do Piauí e que entraram em operação comercial, conforme datas indicadas abaixo:

Entidade	Despacho	Data do início	Data fim da	Capacidade	
	ANEEL nº	Data do despacho	operacional	de produção	
			operação	instalada -	
				MW	
Florenz	3.290	16/11/2022	17/11/2022	20/07/2044	27,5
Nótus	3.170	03/11/2022	04/11/2022	20/07/2044	30,9
Danúbio	3.653	21/12/2022	22/12/2022	20/07/2044	30,9
Japurá	3.285	16/11/2022	17/11/2022	20/07/2044	34,4
Lira	256 e 281	30/01 e 01/02/2023	31/01/2023	20/07/2044	30,9
Cruzeiro	9	02/01/2023	03/01/2023	20/07/2044	30,9
Coqueiral	465	17/02/2023	18/02/2023	20/07/2044	27,5

### a) Autorização

As autorizações concedidas pela ANEEL para SPEs de Caldeirão Grande II tinham a data de início em operação comercial prevista para 1 de janeiro de 2017, com prazo de autorização de 30 anos e capacidade de produção instalada de 29,7 MW por SPE. Por meio das Resoluções Autorizativas emitidas pela ANEEL nos 6.612, 6.614, 6.615, 6.616, 6.617 e 6.618, de 12 de setembro de 2017, foi alterada a data prevista de início da operação comercial de 1 de janeiro de 2017 para 1 de março de 2019. Em 22 de março de 2023, foi concluída a aprovação pela ANEEL da alteração da fonte de geração de energia das SPEs, de Eólica para Fotovoltaica, conforme resolução autorizativa no 11.395/2023, sendo mantidos os prazos de autorização e sem aplicação de penalidades.

As SPEs do Complexo Solar Caldeirão II estão em regime de autorização e têm a sua produção comercializada no ambiente de contratação livre.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 1.2.1.3. Éolos

A Éolos Energias Renováveis S.A. é proprietária da totalidade das quotas das sociedades abaixo identificadas, todas de propósito específico para desenvolvimento, implantação e operação de centrais geradoras solares e eólicas.

Companhia	Localização do parque eólico/solar	Complexo eólico/solar	Situação em 2025	Situação em 2024
Central Geradora Solar Siroco Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tamisa Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tatajuba Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tijuca Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Arco Verde Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Alcântara Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Novo Horizonte Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Pedras Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Potengi Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Descontinuada	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 1 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 2 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 3 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Eólica Ipanema Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Eólica Mundaú Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Eólica Murujuba Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Eólica Venâncio Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Eólica Vergueiro Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 1 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 2 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 3 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 4 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 5 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 6 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 7 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 8 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 9 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento	Em desenvolvimento

#### a) Autorização e contrato de energia incentivada

As sociedades relacionadas na tabela acima com o status “em desenvolvimento” não possuem obrigações para entrega de energia, tampouco obrigações em função da compra das participações societárias de controladores antecessores.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 1.2.1.3.1. Operações descontinuadas

Em 2023, a Administração da Companhia decidiu disponibilizar para venda e concretizou, em 2024, a venda da participação nos empreendimentos denominados “greenfield”, localizados na Paraíba, do Complexo Picuí, conforme demonstrado abaixo:

Operações descontinuadas		
Companhia	Complexo eólico/solar	Capacidade de produção instalada - MW
<b>Projetos vendidos (*)</b>		
Eólica Picuí 1 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	27,0
Eólica Picuí 3 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	36,0
Eólica Picuí 4 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	49,5
Eólica Picuí 6 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	45,0
Eólica Picuí 7 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	49,5
Eólica Picuí 9 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	36,0
Eólica Picuí 10 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	31,5
<b>Projetos descontinuados (**)</b>		
Eólica Picuí 2 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	37,8
Eólica Picuí 5 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	37,8
Eólica Picuí 8 - Geradora de Energia Ltda.	Complexo Eólico Picuí	37,8

**(\*)** Em 30 de outubro de 2023, a Éolos celebrou contrato de venda de quotas e outras avenças das Eólicas Picuí 1,3,4,6,7, 9 e 10, que juntas resultam numa capacidade instalada de 274,5 MW, bem como, dos respectivos direitos dos projetos, que abrangem, sem se limitar, todos os direitos decorrentes dos atos de requerimento de outorga das sociedades no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), licenças ambientais, contratos de arrendamentos e de locação de área necessária à implantação dos parques eólicos, das torres anemométricas e equipamentos instalados nas áreas dos empreendimentos, estudo técnico e medições anemométrica, certificações e quaisquer atos ou documentos relacionados ao desenvolvimento dos projetos.

Em 9 de fevereiro de 2024, após cumprimento de todas as obrigações devidas até a data do fechamento, ocorreu o fechamento da operação de venda de SPEs do Complexo Eólico Picuí entre Éolos e a Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Compradora) com preço de R\$ 50.000, em quatro parcelas, sendo a primeira parcela de R\$ 12.500 (R\$ 12.900 com correção monetária) recebida na data do fechamento e a segunda parcela de R\$ 12.500 (R\$ 13.696 com correção monetária), em 16 de setembro de 2024, totalizando R\$ 25.000 recebidos em 2024 (R\$ 26.596 com correção monetária), mais a terceira parcela recebida em 2025 no valor atualizado de R\$ 15.442. A data de recebimento da quarta parcela e seu montante dependem do cumprimento de termos e condições previstas no contrato.

Com a venda dos projetos de Picuí 1,3,4,6,7, 9 e 10, foi reconhecida receita de R\$ 49.835 no resultado, referente a 92,5% do valor total da venda atualizado. O reconhecimento dos 7,5% restantes pode ocorrer futuramente, estando condicionado à obtenção das outorgas com o incentivo do desconto de 50% da Tarifa de uso do sistema de transmissão.

**(\*\*)** As Picuí 2, 5 e 8 não foram vendidas e os projetos foram descontinuados, dessa forma, foi reconhecida perda no montante de R\$ 826.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A Éolos despendeu recursos no desenvolvimento dos projetos colocados à venda, em função disso, em 2024, os saldos referentes aos investimentos no Complexo Picuí foram baixados à resultado como custo da venda dos projetos, formando o resultado da venda apresentado a seguir:

<b>Resultado da venda dos projetos Picuí 1,3,4,6,7, 9 e 10</b>	<b>2024</b>
Receita da venda dos projetos	49.835
Custo de desenvolvimento dos projetos vendidos	(39.791)
Serviços relacionados à venda dos projetos	(1.340)
<b>Lucro da venda dos projetos antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>8.704</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes relacionados à venda dos projetos	(2.047)
<b>Lucro líquido da venda dos projetos</b>	<b>6.657</b>
Baixa dos projetos Picuí não vendidos e descontinuados 2,5 e 8	(826)
Atualização financeira do contas a receber da venda de projetos	762
<b>Lucro do exercício de operações descontinuadas</b>	<b>6.593</b>

Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas em 2024:

	<b>2024</b>
	<b>Controladora e consolidado</b>
<b>Atividades descontinuadas</b>	
<b>Lucro das operações descontinuadas</b>	<b>6.593</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social sobre atividades descontinuadas	2.047
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas</b>	<b>8.640</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa</b>	
Custo de desenvolvimento dos projetos vendidos	39.794
Serviços contratados relacionados à venda	1.340
Provisão para perda de projetos descontinuados – Picuí 2, 5 e 8	822
Receita financeira sobre parcelas a receber	(762)
Receita de venda a receber	(23.238)
<b>Total da receita recebida</b>	<b>26.596</b>
Serviços relacionados à venda contratados e pagos	(874)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.006)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades descontinuadas</b>	<b>23.716</b>

Em 2025, foi incorrido em despesas de R\$ 22 até o encerramento definitivo dos CNPJs das subsidiárias descontinuadas Picuí 2, 5 e 8 e Potengi.

### 1.2.2. Ibitu Comercializadora

A Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. - tem como objeto social a comercialização de energia em diferentes formas e modalidades, consultoria em projetos de aquisição de ativos de geração de energia, prestação de serviço energéticos e de conservação de energia e representação de agentes comercializadores e consumidores de energia, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 1.2.3. Tupi

A Tupi Energias Renováveis S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, desde 29 de outubro de 2025, nos termos da Resolução CVM 80/22, categoria “B” e foi constituída em 1º de janeiro de 2025.

O objeto social da Tupi compreende a participação em sociedades de propósito específico focadas no desenvolvimento e operação dos **Parques Eólicos Icarai, Taiba, Amontada e Riachão**. Suas atividades abrangem toda a cadeia do setor elétrico — geração, transmissão, distribuição e comercialização —, além da prestação de serviços técnicos, exploração de concessões e participação em licitações e consórcios.

#### 1.2.3.1. Complexos Icarai e Taiba

Em 31 de dezembro de 2024, as SPEs responsáveis pelos complexos Icarai e Taiba eram controladas pela Ventus Energias Renováveis, subsidiária da Ibitu Energias Renováveis. Após a reorganização societária concluída em 30 de junho de 2025 (Nota Explicativa no 1.1), o controle direto dessas sociedades foi transferido para a Tupi e a Ventus foi incorporada pela Ibitu Renováveis e extinta.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, os ativos encontravam-se em operação comercial, detalhados a seguir:

**(i)** As controladas Central Geradora Eólica (“CGE”) Icarai I S.A. (“Icarai I”) e Central Geradora Eólica Icarai II S.A. (“Icarai II”) entraram em operação comercial em 28 de março de 2014 por meio do despacho nº 793 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 28 de março de 2014; e

**(ii)** As controladas Central Geradora Eólica Colônia S.A. (“Colônia”), Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A. (“Águia”) e Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A. (“Andorinha”) entraram em operação comercial em 19 de junho de 2014 por meio dos despachos no 1.897, 1.898 e 1.899, respectivamente, emitidos pela ANEEL em 18 de junho de 2014.

De acordo com Resoluções Autorizativas emitidas pela ANEEL, a operação comercial das unidades geradoras e os contratos de suprimentos possuem os seguintes prazos:

#### a) Autorização

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada MW	Energia Assegurada MW médios	Autorização		Operação comercial	
					Início	Término	Despacho ANEEL (no)	Data de entrada em operação
CGE Icarai I	Ceará	Icarai	27,3	13,0	06/10/2010	05/10/2045	793/2014	29/03/2014
CGE Icarai II	Ceará	Icarai	37,8	18,0	31/08/2010	30/08/2045	793/2014	29/03/2014
CGE Águia	Ceará	Taiba	23,1	10,6	02/07/2010	01/07/2045	1.898/2014	19/06/2014
CGE Andorinha	Ceará	Taiba	14,7	6,5	06/10/2010	05/10/2045	1.899/2014	19/06/2014
CGE Colônia	Ceará	Taiba	18,9	8,2	08/07/2010	07/07/2045	1.897/2014	19/06/2014

**(\*)** informação não-financeira não auditada.

#### b) Contrato de energia de reserva

	Contrato de energia reserva	Resolução autorizativa ANEEL (no)	Valor total do contrato	Preço		Data do início de suprimento do CER	Data do final de suprimento do CER
				Preço - R\$/ MWh	Preço atualizado R\$/ MWh		
CGE Icarai I	92/09	3.223	278.984	142,00	326,65	15/12/2012	30/12/2032
CGE Icarai II	76/09	3.222	354.204	142,00	326,65	15/12/2012	30/11/2032
CGE Águia	48/09	3.221	218.051	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033
CGE Andorinha	95/09	3.225	252.836	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033
CGE Colônia	84/09	3.224	160.989	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Por meio dos contratos acima, as SPEs se comprometem a vender a totalidade da energia gerada para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1o de julho de 2012, aos preços informados, reajustados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os contratos estabelecem um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade equivalente à 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. O ressarcimento por estes desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Adicionalmente, caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, as SPEs terão direito à receita equivalente a 70% da tarifa sobre a quantidade de MWh que exceder aos 130%. Neste caso, a compensação ocorrerá em 24 parcelas mensais e uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

### 1.2.3.2. Complexos Riachão e Amontada

Em 31 de dezembro de 2024, as SPEs responsáveis pelos complexos Riachão e Amontada eram controladas pela Brise Energias Renováveis, subsidiária da Ibitu Energias Renováveis. Após a reorganização societária concluída em 30 de junho de 2025 (Nota Explicativa nº 1.1), o controle direto dessas sociedades foi transferido para a Tupi e a Brise foi incorporada pela Ibitu Renováveis e extinta.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, os ativos encontravam-se em operação comercial, detalhados a seguir:

Entidade	Complexo eólico	Localização do parque	Resolução autorizativa ANEEL	Data de final da autorização	Capacidade de produção instalada - MW
Central Geradora Eólica Acari S.A.	Riachão	RN	3.489/2012	27/06/2045	29,7
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	Riachão	RN	3.490/2012	30/05/2045	27,0
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	Riachão	RN	3.493/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	Riachão	RN	3.491/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Arena S.A.	Riachão	RN	3.492/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	Amontada	CE	3.267/2011	20/08/2044	29,7
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	Amontada	CE	3.273/2011	30/08/2044	24,3
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	Amontada	CE	3.271/2011	25/09/2044	21,6

### a) Autorização

Conforme demonstrado abaixo, estas controladas estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada da Brise, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Entidade	Datas de início de suprimento	Data de final de suprimento
Central Geradora Eólica Acari S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	01/01/2015	31/12/2045
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Arena S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	01/01/2014	31/12/2043
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	01/01/2014	31/12/2043
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	01/01/2014	31/12/2043

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

### b) Contrato de energia incentivada

As controladas têm toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos e de acordo com o contrato, essas companhias estão obrigadas a entregarem a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contratos de compra que vierem a ser celebrados com terceiros. Durante os anos de 2025 e de 2024, as SPEs dos Complexos de Amontada e de Riachão compraram energia da Ibitu Comercializadora para suprir parte do contrato.

### 1.3. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta CCL consolidado positivo de R\$ 138.784 (R\$ 160.613 em 2024). Embora o exercício tenha encerrado com prejuízo de R\$ 134.360 (lucro de R\$ 26.396 em 2024), o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu R\$ 306.931, evidenciando crescimento em relação aos R\$ 245.875 registrados em 2024.

Com base nesses indicadores, a Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e concluiu que existem recursos e geração de caixa operacional suficientes para liquidar suas obrigações e manter suas atividades em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não identificou incertezas materiais que pudessem gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional. Portanto, as presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade operacional.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### 2.1. Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes; portanto, o único item do resultado abrangente total é o resultado do exercício.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade instalada de produção de energia, dados contratuais, seguros e informações ambientais, não foram auditados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2026.

### 2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia aplicou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1), com o objetivo de evidenciar principalmente as informações relevantes, que auxiliem os usuários das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas na tomada de decisões, sem prejuízo ao atendimento dos requerimentos mínimos exigidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão evidenciadas e são consistentes com aquelas utilizadas na gestão do negócio.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando o real (R\$), que é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera, sendo também sua moeda funcional. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Bases de consolidação das demonstrações financeiras

As participações em controladas estão demonstradas a seguir:

Controlada	Quantidade de ações	%	Total (R\$)
Ibitu Energias Renováveis S.A.	1.407.280	100%	R\$ 1.407.280
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	229.962	99,99%	R\$ 229.962
Tupi Energias Renováveis S.A.	217.436	100%	R\$ 217.436

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as controladas nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.

#### a) Controladas

Controladas são todas as companhias (incluindo as companhias de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

### 2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 14);
- Vida útil do ativo intangível (Nota Explicativa nº 15);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (Nota Explicativa nº 23);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (Nota Explicativa nº 3.9);

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

- Provisão para cumprimento das obrigações ambientais (Nota Explicativa no 22);
- Provisão para desmantelamento de ativos (Nota Explicativa nº 24); e
- Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 21).

### 3. Políticas contábeis materiais

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros.

#### 3.2. Operações descontinuadas

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota Explicativa no 1.3. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

#### 3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra.

##### i) Ativos financeiros

###### a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende das características contratuais dos fluxos de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-los. Exceto para contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento (ou quando aplicado o expediente prático), os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis (quando não classificados ao valor justo por meio do resultado).

Para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fluxos de caixa devem ser exclusivamente pagamentos de principal e juros (“teste SPPI”). Ativos que não atendem a esse critério são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos ou de ambos.

Compras e vendas regulares são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, entre outros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados, contas de ressarcimento de energia a receber, contas a receber com a venda de projetos e saldos com partes relacionadas.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

### b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

### c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas possuem apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

#### Custo amortizado

Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva e estão sujeitos a *impairment*. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre redução ao valor recuperável.

#### Valor justo por meio do resultado

São apresentados pelo valor justo, com variações líquidas reconhecidas no resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos financeiros, mais significativos, classificados nesta categoria estão relacionados aos contratos de comercialização de energia elétrica, conforme abaixo:

#### Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado

Em geral, a Ibitu Comercializadora detém contratos de longo prazo de suprimento de energia, tanto de venda como de compra, com objetivo de administração do portfólio de geração de energia das entidades do Grupo, lastreados pela geração de energia destas partes relacionadas. A Comercializadora não costuma atuar de maneira especulativa, não costuma realizar operações descasadas de compra e venda de energia, não assumindo assim posições de sobras ou déficits de energia com a finalidade de gerar lucro de flutuações. Esses contratos vinculados à geração de energia do Grupo, são celebrados e mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega da energia nos prazos e condições contratados. Dessa forma, a Administração entende que para tais contratos não é aplicável o CPC 48 - Instrumentos financeiros.

Em 2025 e 2024 a Comercializadora possui operações de compra e venda de energia fora da política acima mencionada. Tais operações de compra e venda de energia foram transacionadas em mercado ativo e a Administração entende que esses contratos atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro, ou pela troca de instrumentos financeiros, como se os contratos fossem de instrumentos financeiros. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da controlada pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e seu valor justo é reavaliado na data do balanço, sendo as variações do valor justo contabilizadas no resultado do exercício.

O valor justo desses derivativos é estimado com base em preço observável, e, em parte pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: **(i)** preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, **(ii)** preços de referência de energia (curva *forward*), e **(iii)** taxa de desconto. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido no resultado do exercício.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

### d) Desreconhecimento

Ocorre quando expiram os direitos aos fluxos de caixa ou quando a Companhia transfere substancialmente riscos e benefícios ou perde o controle do ativo.

### e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente os ativos para identificar evidências de *impairment*. Caso identificadas e o valor contábil exceda o recuperável, constitui-se provisão.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

### ii) Passivos financeiros

#### a) Reconhecimento inicial e mensuração

São inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis (exceto para os classificados ao valor justo por meio do resultado).

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar de aquisição de empresas, dividendos, contas de ressarcimento de energia a pagar, arrendamentos e partes relacionadas, entre outros, conforme Nota Explicativa no 35.

#### b) Mensuração subsequente

Classificados em duas categorias principais: ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros estão classificados ao custo amortizado, exceto quando atendem às exceções previstas no CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

#### Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)

Calculados considerando deságios/ágios e custos integrantes da taxa de juros efetiva. A amortização é reconhecida como despesa financeira.

### c) Desreconhecimento

Ocorre quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expira, ou quando há modificação substancial dos termos.

### iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e apresentados líquidos quando há direito legal executável e intenção de liquidação líquida ou simultânea.

### iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, especificamente contratos de comercialização de energia liquidados pelo valor líquido. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não adotou a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para outras operações realizadas nos exercícios de 2025 e 2024.

## 3.4. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.5. Registro das operações de compra de energia na CCEE

As compras (custo de energia comprada) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração, utilizando-se como parâmetro base o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) homologado para o respectivo período e submercado, garantindo a aderência ao fato econômico.

### 3.6. Estoques de peças para manutenção das usinas

Avaliados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Referem-se a materiais para manutenção de equipamentos. O custo inclui aquisição e demais custos necessários para trazer os estoques à condição e localização atuais, atribuídos pelo método do custo médio ponderado. Quando consumidos, são registrados como despesa, não integrando o Ativo Imobilizado.

### 3.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, exceto custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, sendo o gasto reconhecido no resultado do exercício em que é incorrido.

A vida útil de ativos intangíveis é classificada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para verificar se permanece justificável. Caso contrário, a mudança para vida útil definida é aplicada de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido na venda (na data em que o beneficiário obtém o controle do ativo) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de sua utilização ou venda. Ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento (diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

#### a) Servidão de passagem

As servidões de passagem referem-se a direitos de passagem das linhas de transmissão em faixas que ligam os parques geradores às subestações, localizadas em propriedades particulares, constituídos mediante indenização ao proprietário do imóvel.

A amortização das servidões de passagem ocorre linearmente pelo prazo da autorização de geração de energia.

#### b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

#### c) Direito de exploração

Registrado ao custo de aquisição e refere-se ao direito de exploração da autorização. Esse direito de exploração está pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos das controladas adquiridas.

O ativo intangível é amortizado com base no prazo remanescente de autorização de energia.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

### d) Licença ambiental de operação

Após a entrada em operação, a legislação ambiental exige que sejam obtidas as licenças de operação, cujos prazos variam entre 3 e 6 anos. Tendo em vista que as licenças são obtidas antes dos desembolsos necessários para cumprimento de obrigações assumidas na emissão das licenças, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado (Nota Explicativa nº 22) e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

### 3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, bem como custos de financiamento de terceiros relacionados a ativos qualificados, deduzidos das receitas financeiras eventualmente obtidas com recursos não utilizados.

Custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Reparos e manutenções ordinárias são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada componente, limitada ao prazo da autorização de geração, quando este for menor. Os bens são depreciados a partir da data em que estão instalados e disponíveis para uso (ou, para ativos construídos internamente, a partir da conclusão da construção).

As taxas de depreciação seguem a Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009, limitadas ao período de autorização.

Ganhos e perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos recebidos e o valor contábil, sendo reconhecidos líquidos em outras receitas ou despesas operacionais.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revisados e ajustados, se necessário, sempre que houver indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

### 3.9. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados anualmente para teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável (o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso).

Ativos não financeiros previamente ajustados por *impairment* são subsequentemente revisados para possível reversão da perda na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indícios de *impairment*.

### 3.10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos) e o total a pagar é reconhecida no resultado ao longo do período, pelo método da taxa efetiva de juros.

São classificados como passivo circulante, salvo quando a Companhia tiver direito incondicional de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável (que demande período substancial para ficar pronto) são capitalizados como parte do custo do ativo, quando provável a geração de benefícios econômicos futuros e mensuráveis com confiabilidade. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que incorridos.

### 3.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: **(a)** a Companhia possui obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado; **(b)** é provável a saída de recursos para liquidá-la; e **(c)** o valor pode ser estimado com confiabilidade.

### 3.12. Provisões

As provisões registradas referem-se a desmantelamento de ativos e contingências. Não incluem perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria, benefícios pós-emprego ou remunerações baseadas em ações.

#### **(a) Provisão para desmantelamento**

A provisão para desmantelamento dos parques geradores considera a obrigação assumida de remover os ativos ao final do contrato de arrendamento das terras. Inicialmente mensurada ao valor justo, é subsequentemente ajustada ao valor presente por mudanças nos fluxos de caixa estimados ou na taxa de desconto. Os custos correspondentes são capitalizados no imobilizado e depreciados ao longo da vida útil remanescente.

#### **(b) Provisão para contingências**

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são prováveis e os valores mensuráveis com suficiente segurança. Contingências possíveis são apenas divulgadas; remotas não são provisionadas nem divulgadas. Obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da probabilidade de êxito, inclusive em processos que questionam a constitucionalidade de tributos.

### 3.13. Imposto de renda e contribuição social

#### **Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Ativos e passivos correntes são mensurados pelo valor esperado de recuperação ou pagamento às autoridades tributárias, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Impostos correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são registrados no patrimônio líquido.

A Administração avalia periodicamente posições fiscais sujeitas a interpretação e constitui provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% (IR) e 9% (CSLL).

Conforme legislação, empresas com faturamento anual inferior a R\$ 78.000 no ano-calendário anterior podem optar pelo lucro presumido, com base de cálculo de 8% (IR) e 12% (CSLL) sobre receita bruta (32% para serviços e 100% para receitas financeiras), aplicando-se as alíquotas regulares.

Para os exercícios de 2025 e de 2024 optaram pelo regime tributário: Lucro presumido, as SPES operacionais de Ventus, Brise, Tupi, CGER e as SPEs não operacionais de Éolos; do Lucro real, a Companhia, a Comercializadora, as SPEs operacionais de CG2 e as todas as sub-holdings (Ibitu Renováveis, Tupi, Ventus, Brise, Éolos, CGER e CG2).

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

### Tributos diferidos

Os tributos diferidos são reconhecidos conforme o CPC 32 (IAS 12) para todas as diferenças temporárias existentes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando originados do reconhecimento inicial de ágio ou de ativo/passivo em transação que não seja combinação de negócios e não afete o lucro contábil nem o fiscal, ou quando relacionados a investimentos em controladas e a reversão puder ser controlada e não for provável no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para sua realização, exceto nas mesmas situações acima mencionadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada data de balanço e reduzido na medida em que não seja mais provável sua recuperação; reduções anteriores são revertidas quando a probabilidade se restabelece.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados pelas taxas de imposto (e leis tributárias) promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço, esperadas para o período de realização ou liquidação.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente são igualmente reconhecidos nesses mesmos locais. Benefícios fiscais adquiridos em combinação de negócios, não reconhecidos inicialmente, são reconhecidos posteriormente como redução do ágio (se dentro do período de mensuração) ou no resultado.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são apresentados de forma líquida quando houver direito legalmente executável de compensação e intenção de liquidá-los simultaneamente (ou na mesma entidade tributável ou em entidades diferentes com acordo de compensação líquida e expectativa de liquidação/recuperação simultânea).

As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando relacionadas a itens diretamente registrados no patrimônio líquido, caso em que são reconhecidas nesse mesmo local.

### 3.14. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém arrendamento (direito de controlar o uso de ativo identificado por período em troca de contraprestação).

#### A Companhia como arrendatária

Aplica abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto curto prazo e baixo valor. Reconhece passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

#### Ativos de direito de uso

Reconhecidos na data de início, mensurados ao custo (igual ao passivo inicial), deduzido de depreciação acumulada e perdas por *impairment*, ajustado por remensurações do passivo. Incluem custos diretos iniciais e pagamentos antecipados, menos incentivos recebidos. Depreciados linearmente pelo menor período entre prazo do arrendamento e vida útil do ativo. Sujeitos a *impairment* (Nota Explicativa nº 3.8).

#### Passivos de arrendamento

Reconhecidos na data de início pelo valor presente dos pagamentos futuros (fixos, variáveis dependentes de índice/taxa, valores esperados em garantias residuais, menos incentivos). Utiliza taxa incremental de empréstimos da Companhia (taxa implícita não determinável). Subsequentemente, acrescido de juros e reduzido por pagamentos. Remensurado por modificações, mudanças de prazo ou índices.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 3.15. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, de encargos e variações monetárias.

### 3.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

### 3.17. Apuração do resultado

#### a) Receitas

A receita operacional é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber, reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia transfere o controle de bens ou serviços ao cliente, refletindo o montante esperado em troca.

Segue o modelo de cinco etapas do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente): identificação do contrato, obrigações de desempenho, preço da transação, alocação e reconhecimento ao cumprir obrigações.

A receita de venda de energia é reconhecida com base na energia contratada e tarifas contratuais ou preço de mercado, conforme aplicável.

#### b) Custos de serviços

Os custos de serviços de energia elétrica são reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de créditos de impostos quando aplicável, e associados diretamente à receita.

Compreendem basicamente gastos com manutenção e operação de equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e serviços terceirizados na operação, depreciação de ativos e encargos de transmissão.

### 3.18. Normas e Interpretações novas e revisadas

#### a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Tratamento contábil para ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, visando consistência nas demonstrações financeiras e conexão com relatórios de sustentabilidade	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### (b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024; obrigatória a partir de 01/01/2026 ou posterior para companhias abertas (conforme cronograma CVM)
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e conta corrente	16	18	1.940	1.223
Aplicações financeiras - Consórcio Conexão	-	-	-	14
Aplicações financeiras (*)	8.503	19.470	236.235	242.823
<b>Total</b>	<b>8.519</b>	<b>19.488</b>	<b>238.175</b>	<b>244.060</b>

(\*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, em instituições de primeira linha, remuneradas à taxa média ponderada de 99,50% e 100,21% da variação do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

## 5. Contas a receber da venda de projetos

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 11.298 refere-se exclusivamente à quarta e última parcela da venda dos projetos do Complexo Picuí (Nota Explicativa no 1.2.1.3.1). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo compreendia a terceira e a quarta parcelas.

Todas as parcelas são atualizadas monetariamente pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) até a data do efetivo recebimento.

A quarta parcela tem previsão de recebimento para setembro de 2026 e poderá sofrer acréscimo estimado, em 31 de dezembro de 2025, em R\$ 4.842 caso sejam obtidas as outorgas com incentivo do desconto de 50% da Tarifa de uso do sistema de transmissão. Já a terceira parcela, classificada como ativo circulante em 2024, foi recebida integralmente em setembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>24.001</b>	<b>-</b>
Receita da venda de projetos	-	49.835
Atualização financeira da venda de projetos (Nota Explicativa nº 33)	2.739	762
Recebimento pela venda de projetos	(15.442)	(26.596)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>11.298</b>	<b>24.001</b>
Ativo circulante	11.298	14.118
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>9.883</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a receber de clientes

Os saldos consolidados em 2025 e 2024 são compostos pelos valores registrados nas controladas:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Controladas Tupi em 31/12/2025 (Ventus em 31/12/2024) (Nota Explicativa nº 1.1)</b>		
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	2.121	2.014
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	2.515	2.387
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	1.591	1.510
Central Geradora Eólica Icará I S.A.	3.093	2.936
Central Geradora Eólica Icará II S.A.	3.851	3.656
<b>Tupi - Total contas a receber - Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE (i)</b>	<b>13.171</b>	<b>12.503</b>
<b>Controladas Tupi em 31/12/2025 (Brise em 31/12/2024) (Nota Explicativa nº 1.1)</b>		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	2.646	2.644
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	2.126	2.125
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	1.865	1.864
Central Geradora Eólica Acari S.A.	2.681	2.986
Central Geradora Eólica Arena S.A.	2.618	2.916
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	2.618	2.916
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	1.732	1.913
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	2.555	2.846
<b>Tupi - Total contas a receber com a Cemig Geradora e Transmissão S.A. (ii)</b>	<b>18.841</b>	<b>20.210</b>
<b>Controladas da CG1</b>		
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	2.922	2.287
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	3.139	2.456
Central Geradora Eólica Brite S.A.	3.031	2.371
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	2.922	2.287
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	3.031	2.371
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	1.082	847
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	3.139	2.456
<b>CGER - Total contas a receber com a Cemig Geradora e Transmissão S.A. (ii)</b>	<b>19.266</b>	<b>15.075</b>
<b>Controladas da CG2</b>		
Central Geradora Solar Florenz S.A.	982	756
Central Geradora Solar Lira S.A.	1.129	851
Central Geradora Solar Nótus S.A.	1.118	851
Central Geradora Solar Coqueiral S.A.	1.010	756
Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.	1.136	851
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	1.140	851
Central Geradora Solar Japurá S.A.	1.213	945
<b>CG2 - Total contas a receber - Consumidores e concessionárias diversos (iii)</b>	<b>7.728</b>	<b>5.861</b>
<b>Controlada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (iii)</b>		
Consumidores e concessionárias diversos	25.488	37.117
Demais Clientes	20	-
<b>Total final do Contas a receber - Ativo Circulante</b>	<b>84.514</b>	<b>90.766</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

**(i) CCEE:** saldos provenientes da liquidação de Contratos de Energia de Reserva (CER);

**(ii) Cemig:** valores devidos pela liquidação de contratos de energia incentivada, celebrados via agente de comercialização;

**(iii) Complexo CGII e Ibitu Comercializadora:** créditos relativos a contratos de compra e venda de energia firmados com terceiros no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de 20 dias.

Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi constituída provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), uma vez que não foram identificadas evidências de perdas esperadas na realização das contas a receber. Essa conclusão considera as características do mercado em que a Companhia atua, as garantias e mecanismos de proteção disponíveis, o histórico de recebimentos e a expectativa da Administração.

## 7. Conta ressarcimento de energia - CCEE

A conta de ressarcimento de energia refere-se aos ajustes apurados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), decorrentes de desvios entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada (energia assegurada ajustada pelo fator de disponibilidade).

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 apresentam as seguintes composições:

### Controladas da Tupi (Complexos Icaraí e Taíba)

	2025			
	Saldo aguardando divulgação de cronograma de pagamento	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	Total
<b>Ativo circulante (a)</b>	<b>163</b>	-	-	<b>163</b>
3º quadriênio – Ano 4	163	-	-	163
Andorinha	6	-	-	6
Colônia	157	-	-	157
<b>Ativo não circulante (b)</b>	-	-	<b>548</b>	<b>548</b>
4º quadriênio – Ano 2	-	-	548	548
Icaraí II	-	-	548	548
<b>Total do ativo (a+b)</b>	<b>163</b>	-	<b>548</b>	<b>711</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
3º quadriênio – Ano 3 - Apurações abaixo de 90%	<b>(19.736)</b>	-	-	<b>(19.736)</b>
Águia	<b>(3.728)</b>	-	-	<b>(3.728)</b>
Icaraí I	<b>(6.977)</b>	-	-	<b>(6.977)</b>
Icaraí II	<b>(9.031)</b>	-	-	<b>(9.031)</b>
3º quadriênio – Ano 4 - Saldo do quadriênio	<b>(40.959)</b>	-	-	<b>(40.959)</b>
Águia	<b>(9.600)</b>	-	-	<b>(9.600)</b>
Icaraí I	<b>(14.212)</b>	-	-	<b>(14.212)</b>
Icaraí II	<b>(17.147)</b>	-	-	<b>(17.147)</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025			Total
	Saldo aguardando divulgação de cronograma de pagamento	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	
<b>4º quadriênio - Ano 1 - Apurações abaixo de 90%</b>	<b>(8.932)</b>	<b>(12.440)</b>	-	<b>(21.372)</b>
Águia	(1.215)	(1.692)	-	(2.907)
Andorinha	(740)	(1.030)	-	(1.770)
Colônia	(1.012)	(1.410)	-	(2.422)
Icaraí I	(3.174)	(4.421)	-	(7.595)
Icaraí II	(2.791)	(3.887)	-	(6.678)
<b>4º quadriênio - Ano 1 - Saldo entre 90% e 100%</b>	-	-	<b>(16.001)</b>	<b>(16.001)</b>
Águia	-	-	(3.055)	(3.055)
Andorinha	-	-	(1.933)	(1.933)
Colônia	-	-	(2.577)	(2.577)
Icaraí I	-	-	(3.757)	(3.757)
Icaraí II	-	-	(4.679)	(4.679)
<b>4º quadriênio - provisão de penalidade</b>	-	-	<b>(2.390)</b>	<b>(2.390)</b>
Águia	-	-	(410)	(410)
Andorinha	-	-	(36)	(36)
Colônia	-	-	(299)	(299)
Icaraí I	-	-	(686)	(686)
Icaraí II	-	-	(959)	(959)
<b>4º quadriênio - Ano 2</b>	-	-	<b>(4.020)</b>	<b>(4.020)</b>
Águia	-	-	(725)	(725)
Andorinha	-	-	(1.304)	(1.304)
Colônia	-	-	(1.615)	(1.615)
Icaraí I	-	-	(376)	(376)
<b>Total do passivo (b)</b>	<b>(69.627)</b>	<b>(12.440)</b>	<b>(22.411)</b>	<b>(104.478)</b>
<b>Saldo líquido (ativo+passivo)</b>	<b>(69.464)</b>	<b>(12.440)</b>	<b>(21.863)</b>	<b>(103.767)</b>

### Complexos Icaraí e Taíba, na época controladas por Ventus (Nota Explicativa no 1.1)

	2024			Total
	Saldo cujo cronograma de pagamento foi cancelado 2025 - aguardando divulgação de novo cronograma	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	
<b>Ativo circulante (a)</b>	-	<b>400</b>	-	<b>400</b>
3º quadriênio - Ano 4	-	400	-	400
Andorinha	-	19	-	19
Colônia	-	381	-	381

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2024			Total
	Saldo cujo cronograma de pagamento foi cancelado 2025 - aguardando divulgação de novo cronograma	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	
<b>Ativo não circulante (b)</b>	-	-	<b>11.988</b>	<b>11.988</b>
4º quadriênio - Ano 1	-	-	11.988	11.988
Águia	-	-	2.764	2.764
Andorinha	-	-	1.657	1.657
Colônia	-	-	2.000	2.000
Icaraí I	-	-	1.698	1.698
Icaraí II	-	-	3.869	3.869
<b>Total do ativo (a+b)</b>	-	<b>400</b>	<b>11.988</b>	<b>12.388</b>
<b>Passivo circulante (c)</b>	<b>(35.418)</b>	<b>(23.097)</b>	-	<b>(58.515)</b>
3º quadriênio - Ano 3 - Apurações abaixo de 90%	(18.830)	-	-	(18.830)
Águia	(3.557)	-	-	(3.557)
Icaraí I	(6.657)	-	-	(6.657)
Icaraí II	(8.616)	-	-	(8.616)
3º quadriênio - Ano 4 - Saldo do quadriênio	(16.588)	(23.097)	-	(39.685)
Águia	(3.888)	(5.413)	-	(9.301)
Icaraí I	(5.756)	(8.014)	-	(13.770)
Icaraí II	(6.944)	(9.670)	-	(16.614)
<b>Passivo não circulante (d)</b>	-	-	<b>(375)</b>	<b>(375)</b>
4º quadriênio - Ano 1	-	-	(375)	(375)
Águia	-	-	(41)	(41)
Andorinha	-	-	(22)	(22)
Colônia	-	-	(19)	(19)
Icaraí I	-	-	(196)	(196)
Icaraí II	-	-	(97)	(97)
<b>Total do passivo (c+d)</b>	<b>(35.418)</b>	<b>(23.097)</b>	<b>(375)</b>	<b>(58.890)</b>
<b>Saldo líquido (ativo+passivo)</b>	<b>(35.418)</b>	<b>(22.697)</b>	<b>11.613</b>	<b>(46.502)</b>

Os saldos a receber, registrados no ativo, representam os ressarcimentos decorrentes de geração de energia superior ao volume contratado, quando situados na faixa de tolerância entre 100% e 130%.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a pagar referem-se a valores devidos em razão de desvios negativos de geração em relação ao volume contratado, valorados e liquidados conforme as regras contratuais e regulatórias a seguir:

Ressarcimento de volume de energia gerado versus volume contratual	Preço do ressarcimento sobre a diferença de volume entregue	Forma de pagamento contratual
Geração acima de 130% do volume contratual	70% do preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 100% e 130% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Vinte e quatro parcelas mensais após encerramento do ano contratual
Geração entre 90% e 100% do volume contratual	Preço contratual atualizado	Doze parcelas mensais após encerramento do ciclo contratual quadrienal
Geração abaixo de 90% do volume contratual (volume de energia não gerada)	Preço contratual atualizado + 15%	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual

Nos termos do Despacho ANEEL nº 2.303/2019, os pagamentos das apurações realizadas a partir de outubro de 2019 foram temporariamente suspensos. Posteriormente, os pagamentos referentes às apurações até agosto de 2023 foram retomados e liquidados. Em comunicado divulgado em 15 de dezembro de 2025, a CCEE, em razão da publicação da Lei nº 15.269/2025 (tratada adiante), suspendeu o cronograma de pagamento dos ressarcimentos referentes às apurações a partir de setembro de 2023, período abrangido pela lei. Até a data-base, permanecia pendente, por parte da CCEE, a definição de novo calendário para a liquidação desses valores.

O aumento do saldo líquido passivo decorre das contabilizações regulatórias realizadas pela CCEE no âmbito do LER, resultantes dos desvios de geração em relação à energia assegurada apurados no ciclo corrente e no último ciclo encerrado, bem como da suspensão do cronograma de pagamentos mencionada acima.

## 8. Impostos e contribuições a recuperar e imposto de renda e contribuição social diferidos

### a) Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos a recuperar são compostos conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	238	106	4.118	2.637
PIS a recuperar	-	-	4.085	3.365
Cofins a recuperar	-	-	18.639	15.457
IRPJ a recuperar	-	-	-	61
CSLL a recuperar	-	-	-	25
IRPJ sobre instrumentos financeiros	-	-	1.491	1.491
Outros impostos a recuperar	1	1	348	119
<b>Total impostos e contribuições a recuperar - ativo circulante</b>	<b>239</b>	<b>107</b>	<b>28.681</b>	<b>23.155</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
PIS a recuperar (*)	-	-	-	723
Cofins a recuperar (*)	-	-	-	3.280
IRPJ a recuperar	168	2.587	5.906	17.963
CSLL a recuperar	71	476	894	2.630
IRPJ a recuperar (PERT) (**)	-	-	-	3.820
<b>Total de impostos e contribuições a recuperar - ativo não circulante</b>	<b>239</b>	<b>3.063</b>	<b>6.800</b>	<b>28.416</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ sobre instrumentos financeiros <b>(b)</b>	-	-	6.967	-
CSLL sobre instrumentos financeiros <b>(b)</b>	-	-	2.513	-
<b>Total Impostos e contribuições diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.480</b>	<b>-</b>

**(\*)** Em 2024, as empresas do complexo CG2 Solar reconheceram a baixa de R\$ 2.376 (R\$ 941 referentes a PIS/Cofins e R\$ 1.435 a IRPJ) em virtude do decurso do prazo prescricional de cinco anos para compensação administrativa. Não obstante, a Companhia ajuizou medida judicial visando resguardar o direito de aproveitamento futuro desses créditos. Adicionalmente, outras controladas registraram a baixa de R\$ 364, de créditos de imposto de renda prescritos e R\$ 1.040 de créditos de PIS/Cofins, totalizando R\$ 3.780 de créditos baixados ao resultado de 2024.

No exercício de 2025, não houve prescrição ou baixa de créditos tributários. A Administração avalia que a realização dos tributos a recuperar mantidos no ativo é provável, mediante compensação com passivos tributários futuros gerados em suas operações.

**(\*\*)** Inclui crédito de base negativa IRPJ da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) ocorrida em 30 de agosto de 2017.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A apresentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou diferidos passivos, líquidos, é como segue:

	2025	2024
Imposto de Renda – Base negativa	23.313	23.316
Contribuição Social – Base negativa	8.398	8.394
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>31.711</b>	<b>31.710</b>
Imposto de renda (IR) diferido passivo sobre instrumentos financeiros derivativos -		
Contratos de comercialização de energia	(16.346)	(23.794)
Contribuição social (CS) diferida passiva sobre instrumentos financeiros derivativos -		
Contratos de comercialização de energia	(5.885)	(8.565)
<b>Total de tributos diferidos passivos</b>	<b>(22.231)</b>	<b>(32.359)</b>
<b>Saldo líquido ativo (passivo) de tributos diferidos de IR/CS apresentados no balanço patrimonial</b>	<b>9.480</b>	<b>(649)</b>

### b.1) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo e passivo) - Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é como segue:

	2025	2024
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	-	2.245
Compensação com Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre instrumentos financeiros derivativos – Compromissos futuros (Nota Explicativa nº 8 (c))	9.480	(2.245)
<b>Total IR/CS diferido ativo</b>	<b>9.480</b>	<b>-</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é como segue:

	2025	2024
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>649</b>	<b>2.474</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre compromissos futuros de compra e venda de energia - Resultado	(10.129)	420
Compensação com Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre instrumentos financeiros derivativos - Compromissos futuros	9.480	(2.245)
<b>Total IR/CS diferido passivo</b>	<b>-</b>	<b>649</b>

A movimentação e apresentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou diferidos passivos, líquidos, é como segue:

	2025	2024
Imposto de Renda – Base negativa	23.313	23.316
Contribuição Social – Base negativa	8.398	8.394
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>31.711</b>	<b>31.710</b>
Imposto de renda (IR) diferido passivo sobre instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia	(16.346)	(23.794)
Contribuição social (CS) diferida passiva sobre instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia	(5.885)	(8.565)
<b>Total de tributos diferidos passivos</b>	<b>(22.231)</b>	<b>(32.359)</b>
<b>Saldo líquido ativo (passivo) de tributos diferidos de IR/CS apresentados no balanço patrimonial</b>	<b>9.480</b>	<b>(649)</b>

### c) Saldo IR/CS diferido no resultado do exercício

	2025	2024
MtM - Marcação a Mercado de contratos futuros de energia	<b>(32.826)</b>	<b>1.362</b>
PIS e Cofins diferidos sobre MtM – 9,25%	3.036	(126)
<b>Base de cálculo do tributo diferido - Marcação a mercado de contratos de comercialização de energia</b>	<b>(29.790)</b>	<b>1.236</b>
Imposto de renda diferido (Nota explicativa no 8 (d)) – 25%	7.448	(309)
Contribuição Social diferida (Nota explicativa no 8 (d)) – 9%	2.681	(111)
<b>Total tributos diferidos (Nota explicativa no 8 (b e d))</b>	<b>10.129</b>	<b>(420)</b>
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal e contribuição social sobre base negativa	-	2.245
Baixa de créditos tributários	-	(1.214)
<b>Total Resultado - Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>10.129</b>	<b>611</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### d) Apuração do tributo diferido sobre instrumentos financeiros derivativos – compromissos futuros (contratos de comercialização de energia)

	2025	2024
Variação da marcação a mercado em instrumentos financeiros ativos	34.129	(56.267)
Variação da marcação a mercado em instrumentos financeiros passivos	(66.955)	57.629
<b>Ganho líquido com instrumentos financeiros derivativos (A)</b>	<b>(32.826)</b>	<b>1.362</b>
PIS – Diferido	542	(22)
Cofins – Diferido	2.494	(104)
<b>Total (B)</b>	<b>3.036</b>	<b>(126)</b>
<b>Base de cálculo dos tributos diferidos (C)=(A+B)</b>	<b>(29.790)</b>	<b>1.236</b>
Imposto de renda - Diferido (Nota explicativa no 8 (c)) (D)	7.448	(309)
Contribuição social - Diferido (Nota explicativa no 8 (c)) (D)	2.681	(111)
<b>Imposto de renda e contribuição social – Diferidos no Resultado (Nota explicativa nº 8 (b e c))</b>	<b>10.129</b>	<b>(420)</b>
<b>Efeito líquido com instrumentos financeiros derivativos (E)=(C+D)</b>	<b>(19.661)</b>	<b>816</b>
<b>Efeito líquido “acumulado” com instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>43.154</b>	<b>62.816</b>
<b>Efeito no balanço patrimonial:</b>		
<b>Reconhecimento de impostos diferidos (B)+(D) - Variação</b>	<b>13.165</b>	<b>(546)</b>

A controlada Ibitu Comercializadora detém planos de comercialização de portfólio de energia do grupo Ibitu com viabilidade de resultados futuros nos próximos anos, para os quais estima utilização dos créditos de impostos diferidos.

### e) PIS e Cofins diferidos (passivos)

	2025	2024
PIS diferido sobre ganho líquido com instrumentos financeiros derivativos (Notas Explicativas nºs 12 e 19)	1.189	1.730
Cofins diferido sobre ganho líquido com instrumentos financeiros derivativos (Notas Explicativas nºs 12 e 19)	5.476	7.971
<b>Total de tributos diferidos passivos</b>	<b>6.665</b>	<b>9.701</b>

### f) Realização de tributos diferidos ativos

O tributo diferido ativo do Grupo decorre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social que, conforme legislação tributária em vigor, são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

A Administração elaborou projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados abaixo:

2026 a 2027	2028	A partir de 2029	Total do ativo não circulante (item 8 (b))
<b>3.546</b>	<b>5.436</b>	<b>22.729</b>	<b>31.711</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são como demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
<b>Ativo não circulante</b>		
Éolos Energias Renováveis S.A.	2.037	2.037
Ibitu Energias Renováveis S.A.	1.328	-
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	-	409
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.	975	-
Central Geradora Solar Florenz S.A.	117	116
Central Geradora Solar Lira S.A.	131	130
Central Geradora Solar Nótus S.A.	133	132
Central Geradora Solar Coqueiral S.A.	116	116
Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.	129	129
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	129	129
Central Geradora Solar Japurá S.A.	143	143
<b>(a) Total partes relacionadas - Ativo não circulante - títulos a receber - Compartilhamento de despesa</b>	<b>5.238</b>	<b>3.341</b>
Central Eólica Ipanema Ltda.	370	370
Éolos Energias Renováveis S.A.	1.290	1.290
<b>(b) Total partes relacionadas - Ativo não circulante - Mútuo a receber (1)</b>	<b>1.660</b>	<b>1.660</b>
Tupi Energias Renováveis S.A.	13.048	-
Ibitu Energias Renováveis S.A.	6.698	91.506
<b>(c) Total partes relacionadas - Ativo não circulante - Redução de capital a receber (1)</b>	<b>19.746</b>	<b>91.506</b>
<b>Total partes relacionadas - Ativo não circulante (a+b+c)</b>	<b>26.644</b>	<b>96.507</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Central Geradora Eólica Icaraí I S.A.	139	-
Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.	139	-
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	97	-
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	97	-
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	97	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	112	-
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	112	-
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	112	-
Central Geradora Eólica Acari S.A.	110	-
Central Geradora Eólica Arena S.A.	110	-
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	110	-
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	110	-
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	110	-
Central geradora Eólica Amontada S.A.	53	-
Central geradora Eólica Aristarco S.A.	6.644	-
Central Geradora Eólica Brite S.A.	53	-
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	53	-
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	53	-

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	2025	2024
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	53	-
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	53	-
Ibitu Energias Renováveis S.A.	5.803	-
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.	3.392	-
<b>Total partes relacionadas - Passivo circulante - Compartilhamento de despesas</b>	<b>17.612</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Central geradora Eólica Aristarco S.A.	-	6.592
<b>(a) Total partes relacionadas - Passivo não circulante - títulos a pagar</b>	<b>-</b>	<b>6.592</b>
Ibitu Comercializadora de Energia S.A.	21.485	41.547
<b>(b) Total partes relacionadas - Passivo não circulante - Mútuo a pagar (1)</b>	<b>21.485</b>	<b>41.547</b>
<b>Total partes relacionadas - Passivo não circulante (a+b)</b>	<b>21.485</b>	<b>48.139</b>

### (1) Movimentação de mútuo e redução de capital a receber

#### a) Controladora

Ativo não circulante	2025	2024
<b>Mútuo a receber</b>		-
<b>Éolos Energias Renováveis S.A.</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.290</b>	<b>1.290</b>
<b>Saldo final</b>	<b>1.290</b>	<b>1.290</b>
<b>Central Eólica Ipanema Ltda.</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>370</b>	<b>370</b>
<b>Saldo final</b>	<b>370</b>	<b>370</b>
<b>Ibitu Energias Renováveis S.A.</b>		
<b>Saldo inicial</b>	-	<b>151.961</b>
Recebimento	-	(151.961)
<b>Saldo final</b>	-	-
<b>Total de mútuo</b>	<b>1.660</b>	<b>1.660</b>
<b>Redução de capital a receber</b>		
<b>Ibitu Energias Renováveis S.A.</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>91.506</b>	<b>91.506</b>
Redução de capital	-	25.000
Recebimento	(84.808)	(25.000)
<b>Saldo final</b>	<b>6.698</b>	<b>91.506</b>
<b>Tupi Energias Renováveis S.A.</b>		
<b>Saldo inicial</b>	-	-
Redução de capital	<b>548.048</b>	-
Recebimento	(535.000)	-
<b>Saldo final</b>	<b>13.048</b>	-

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

<b>Ativo não circulante</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Movimento total do contas a receber de redução de capital</b>		
Saldo inicial	91.506	91.506
Redução de capital	548.048	25.000
Recebimento	(619.808)	(25.000)
<b>Saldo final</b>	<b>19.746</b>	<b>91.506</b>
<b>Total de redução de capital</b>	<b>19.746</b>	<b>91.506</b>

<b>Passivo não circulante</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Mútuo a pagar</b>		
<b>Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>41.547</b>	<b>41.547</b>
(-) Pagamentos	(20.062)	-
<b>Saldo final</b>	<b>21.485</b>	<b>41.547</b>

No resultado, as operações com partes relacionadas são:

<b>Operações no resultado:</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Recuperação com contrato de compartilhamento de despesas (C)</b>		
Caldeirão Grande Energia Renováveis S.A.	(1.257)	-
Ibitu Comercializadora de Energia S.A.	1.358	2.220
Central Geradora Eólica Icaraí I S.A.	1.975	3.361
Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.	1.975	3.361
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	1.363	2.376
Central Geradora Eólica Taíba Água S.A.	1.363	2.376
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	1.363	2.376
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	1.638	2.851
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	1.638	2.851
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	1.638	2.851
Central Geradora Eólica Acari S.A.	1.715	3.054
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	1.715	3.054
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	1.715	3.054
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	1.715	3.054
Central Geradora Eólica Arena S.A.	1.715	3.054
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	918	1.646
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	918	3.292
Central Geradora Eólica Brite S.A.	918	1.646
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	918	1.646
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	918	1.646
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	918	1.646
Central Geradora Eólica Caicara S.A.	918	1.646
<b>Total de reembolso Compartilhamento de despesas no resultado</b>	<b>28.055</b>	<b>53.061</b>
Custo com pessoal	21.514	14.642
Despesas com pessoal	3.993	32.849
Despesa serviços de terceiros	1.975	4.565
Despesas administrativas	573	1.005
<b>Total partes relacionadas</b>	<b>28.055</b>	<b>53.061</b>

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Essas transações são liquidadas sob demanda.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

Até junho de 2025, a remuneração dos diretores do Grupo era integralmente paga pela Companhia e, posteriormente, rateada entre as demais empresas controladas. A partir de julho de 2025, a Ibitu Renováveis e Caldeirão Grande passaram a efetuar esses pagamentos diretamente. Essa alteração na estrutura de desembolso justifica a redução de R\$ 11.924 (2024) para R\$ 5.840 (2025) na rubrica 'Salários e encargos sociais a pagar' do passivo circulante da Companhia.

Em ambos os períodos, o compartilhamento de custos seguiu o modelo de reembolso previsto no Contrato de Compartilhamento de Despesas do Grupo Ibitu.

## 10. Estoque de peças para manutenção das usinas

As controladas mantêm estoque de peças sobressalentes para garantir manutenção de seus parques eólicos e solares.

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>4.643</b>	<b>10.207</b>
Aquisições	12.268	10.889
Baixas para consumo	(11.897)	(10.753)
Transferência para Material em depósito (Imobilizado) (Nota Explicativa nº 14)	-	(5.572)
Ajuste de inventário (Nota Explicativa nº 27)	(646)	(128)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>4.368</b>	<b>4.643</b>

## 11. Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito) - (Consolidado)

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
Caldeirão Grande I	9.155	-
Caldeirão Grande 2 Solar	786	-
Ventus	-	49.328
<b>Total</b>	<b>9.941</b>	<b>49.328</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Ventus	-	8.651
Brise	-	14.112
Caldeirão Grande I	28.739	27.175
Caldeirão Grande 2 Solar	15.284	15.647
Tupi	67.697	-
<b>Total</b>	<b>111.720</b>	<b>65.585</b>
<b>Total</b>	<b>121.661</b>	<b>114.913</b>

Os cauções e depósitos vinculados são aplicações financeiras de renda fixa que somente poderão ser movimentadas de acordo com as regras estabelecidas na contratação de empréstimos, financiamentos e debêntures.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

### Ventus e Brise

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa restrito correspondia a aplicações financeiras de renda fixa vinculadas como garantia ao financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 16 de abril de 2025, as SPEs realizaram a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES (Nota Explicativa no 17). A operação foi viabilizada por um aporte de R\$ 246.046 (Nota Explicativa nº 1.1), originado de recursos captados via emissão de debêntures pela Tupi — então controladora indireta das SPEs - e transferidos sucessivamente até as subsidiárias. Com a liquidação do financiamento, o saldo de caixa restrito foi totalmente liberado.

### Caldeirão Grande Energias Renováveis:

Esses valores referem-se a aplicações financeiras em fundos de renda fixa de longo prazo, mantidas junto ao Banco Itaú, vinculadas em garantia à 1ª e à 2ª emissão de debêntures da controlada.

Os recursos estão depositados na Conta Pagamento do Serviço da Dívida e destinam-se exclusivamente a cobrir eventual necessidade de caixa para o pagamento do próximo serviço da dívida.

As aplicações somente poderão ser movimentadas ou resgatadas mediante estrita observância das regras previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, e no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrados entre a Companhia e o Agente Fiduciário Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante dos debenturistas.

O saldo mínimo dessa reserva deve corresponder, em qualquer momento, ao valor necessário para o pagamento do próximo serviço da dívida.

### Caldeirão Grande 2 Solar:

Os saldos de cauções referem-se a garantias prestadas e estão assim constituídos:

**(i) Na sub-holding CG2:** Cessão fiduciária de conta vinculada de titularidade da controlada, com recursos aplicados em fundo gerido pelo Banco Itaú. O saldo retido deve ser equivalente ao valor da parcela subsequente do serviço da dívida das debêntures (Nota Explicativa nº 18).

**(ii) Nas SPEs controladas pela CG2:** Cessões fiduciárias de contas-reserva constituídas pelas controladas (SPEs), aplicadas em fundos de liquidez junto ao Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”). Os montantes retidos devem corresponder ao valor da parcela vincenda a ser paga pelas empresas e, em média, a no mínimo 2,86% do saldo devedor de principal, com manutenção obrigatória até a liquidação dos respectivos financiamentos.

Os recursos atrelados a essas aplicações possuem movimentação restrita, podendo ser acessados pelas SPEs exclusivamente de acordo com as cláusulas dos contratos de financiamento celebrados com o BNB em 29 de agosto de 2022, cujos detalhes encontram-se na Nota Explicativa nº 17.

## 12. Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Ibitu Comercializadora opera em ambiente de Contratação Livre (ACL) e possui contratos futuros de compra e venda de energia bilateralmente com contrapartes, com realizações entre os anos de 2024 e 2038, que possuem mercado ativo onde podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e são prontamente conversíveis em dinheiro. Por conseguinte, a Administração julga que tais contratos atendem a definição de instrumento financeiro prevista no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, por isso, foram reconhecidos no balanço como instrumentos financeiros derivativos avaliados pelo valor justo.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia

O reconhecimento do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, foi efetuado em rubricas conforme apresentado no quadro a seguir:

	Saldo patrimonial acumulado em 2025	Saldo patrimonial acumulado em 2024	Varição do resultado em 2025	Varição do resultado em 2024
<b>Ganho com instrumentos financeiros</b>				
<b>derivativos - ativo</b>	<b>231.137</b>	<b>197.008</b>	<b>34.129</b>	<b>(56.267)</b>
Ativo circulante	83.873	60.460	23.413	36.807
Ativo não circulante	147.264	136.548	10.716	(93.074)
<b>Perda com instrumentos financeiros</b>				
<b>derivativos - passivo</b>	<b>(159.087)</b>	<b>(92.132)</b>	<b>(66.955)</b>	<b>57.629</b>
Passivo circulante	(66.134)	(27.919)	(38.215)	(6.645)
Passivo não circulante	(92.953)	(64.213)	(28.740)	64.274
<b>Total</b>	<b>72.050</b>	<b>104.876</b>	<b>(32.826)</b>	<b>1.362</b>
<b>Resultado líquido</b>				
Valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros (a) e (Nota explicativa nº 8 (c) e (d))	72.050	104.876	(32.826)	1.362
PIS/Cofins Diferidos (Nota explicativa nº 8 (c) e (d)) - 9,25%	(6.665)	(9.701)	3.036	(126)
<b>Total</b>	<b>65.385</b>	<b>95.175</b>	<b>(29.790)</b>	<b>1.236</b>
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos (Nota explicativa nº 8 (b), (c) e (d)) - 34%	(22.231)	(32.360)	10.129	611
Efeito líquido acumulado com instrumentos financeiros derivativos	43.154	62.815	(19.661)	1.847

O resultado real destas operações pode variar substancialmente uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a respectiva data-base de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente.

A seguir demonstramos a realização dos contratos que começaram a ocorrer a partir de janeiro de 2024:

#### a) Resultado da marcação a mercado

	2025	2024
Estorno da marcação a mercado dos contratos realizados no ano, com base na estimativa registrada em 31 de dezembro do ano anterior	(32.541)	(2.379)
Varição da marcação a mercado de contratos futuros	(285)	3.741
<b>Resultado líquido da marcação a mercado</b>	<b>(32.826)</b>	<b>1.362</b>
<b>Ganho bruto da realização das operações marcadas a mercado (*)</b>	<b>42.357</b>	<b>5.070</b>

(\*) O ganho efetivo dessas operações em 2024 e 2025, considerando o PLD médio mensal realizado sem spread.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos

	Controladora	
	2025	2024
Ibitu Energias Renováveis S.A.	645.384	1.431.928
Tupi Energias Renováveis S.A.	155.444	-
Ibitu comercializadora de energia Ltda.	101.481	136.622
<b>Valor líquido de investimentos</b>	<b>902.309</b>	<b>1.568.550</b>

#### a) Movimentação dos investimentos

Controladora	Ibitu Renováveis	Tupi	Ibitu Comercializadora	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.136.789</b>	<b>-</b>	<b>73.392</b>	<b>1.210.181</b>
Aumento de capital <b>(I.a) (I.b)</b>	449.449	-	62.452	<b>511.901</b>
Redução de capital <b>(I.a)</b>	(178.958)	-	-	<b>(178.958)</b>
Distribuição de dividendos mínimo obrigatório	(7.678)	-	-	<b>(7.678)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	32.326	-	778	<b>33.104</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.431.928</b>	<b>-</b>	<b>136.622</b>	<b>1.568.550</b>

#### Movimentação intragrupo

Aumento de capital com investimento Ibitu Renováveis <b>(II.c)</b>	-	1.412.784	-	<b>1.412.784</b>
Aumento de capital <b>(II.d)</b>	246.046	-	-	<b>246.046</b>
Cisão parcial das investidas <b>(II.e / II.f)</b>	(954.976)	(647.724)	-	<b>(1.602.700)</b>
Resultado do período sob controle indireto da Companhia	(56.130)	-	-	<b>(56.130)</b>
<b>Subtotal</b>	<b>(765.060)</b>	<b>765.060</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Movimentações efetivas entre a Companhia e as controladas

Integralização de capital social <b>(II.a)</b>	-	100	-	<b>100</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	326	-	<b>326</b>
Redução de capital social <b>(II.b)</b>	-	(548.048)	-	<b>(548.048)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(21.484)	(61.994)	(35.141)	<b>(118.619)</b>
<b>Subtotal</b>	<b>(21.484)</b>	<b>(609.616)</b>	<b>(35.141)</b>	<b>(666.241)</b>

<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>645.384</b>	<b>155.444</b>	<b>101.481</b>	<b>902.309</b>
----------------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

#### I. Em 2024

**a.** Do total da redução de capital de R\$ 178.958, da Ibitu Energias Renováveis S.A., R\$25.000 foram recebidos com recursos de caixa, R\$ 62.452 foram compensados com aumento de capital na Ibitu Comercializadora, por meio de encontro de contas de contas a pagar da Ibitu Comercializadora com contas a receber de SPEs controladas pela Ibitu Energias Renováveis e R\$ 91.506 foram parcialmente amortizados em 2025 (Nota Explicativa nº 9);

**b.** O aumento de capital de R\$ 449.449 na Ibitu Energias Renováveis S.A. se deu por meio da aquisição, por parte do FIP Astra (controlador do Grupo), de direitos a receber da Ibitu Energias Renováveis S.A. decorrentes da compra de projetos da ENG (Tranche B – Nota Explicativa nº 20 (b)). O FIP Astra aportou esses créditos na Companhia que, por sua vez, aportou na Ibitu Energias Renováveis S.A., que compensou com saldo a pagar decorrente desses títulos.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### II. Em 2025

#### Movimentações efetivas entre a Companhia e as controladas

**a.** Em 01 de janeiro de 2025, foi criada a Tupi Energias Renováveis S.A. com capital de R\$100. A estrutura societária inicial é composta quase integralmente pela Companhia, com uma ação simbólica detida pela subsidiária Ibitu Energias Renováveis S.A. Em 30 de janeiro de 2025, a Companhia se tornou a única acionista da Tupi;

**b.** Em 16 de abril de 2025, foi aprovada a redução de capital da Tupi Energias Renováveis S.A. no montante de R\$ 535.000, pagos com recursos da emissão de debêntures da controlada;

#### Movimentação intragrupo

**a.** Em 17 de março de 2025, a Companhia transferiu para a Tupi a totalidade da participação que detinha na Ibitu Renováveis no montante líquido de R\$ 1.412.784, deixando de ser controladora direta

**b.** Em 16 de abril de 2025, a Tupi utilizou parte dos recursos de sua emissão de debêntures para realizar um aporte na Ibitu Renováveis de R\$ 246.046, a fim de quitar o financiamento das SPEs junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 17);

**c.** Em 30 de junho de 2025, a Ibitu Renováveis foi parcialmente cindida com a incorporação do acervo cindido (investimentos diretos nas SPEs Ventus e SPEs Brise, além do ágio de aquisição relacionado) pela Tupi, no valor total de R\$ 954.976;

**d.** Também em 30 de junho de 2025 houve cisão parcial da Tupi, com a incorporação do acervo cindido (totalidade do investimento da Tupi na Ibitu Renováveis) pela Ibitu Energia no montante de R\$ 647.724.

#### b) Informações gerais

	2025					
	Ações ordinárias	Participação - %	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício (*)	Resultado de equivalência patrimonial
Ibitu Energias Renováveis S.A.	698.349.252	100	698.349	645.384	(77.614)	(21.484)
Tupi Energias Renováveis S.A.	217.436.365	100	217.436	155.444	(61.994)	(61.994)
Ibitu comercializadora de energia Ltda.	229.962.000	100	229.962	101.481	(35.141)	(35.141)
<b>Total</b>	<b>1.145.747.617</b>		<b>1.145.747</b>	<b>902.309</b>	<b>(174.749)</b>	<b>(118.619)</b>

	2024					
	Ações ordinárias	Participação - %	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial
Ibitu Energias Renováveis S.A.	1.407.280.840	100	1.407.281	1.431.928	32.326	32.326
Ibitu Comercializadora de energia Ltda.	229.962.000	100	229.962	136.622	778	778
<b>Total</b>	<b>1.637.242.840</b>		<b>1.637.243</b>	<b>1.568.550</b>	<b>33.104</b>	<b>33.104</b>

(\*) A divergência entre o resultado total das investidas e o resultado de equivalência patrimonial registrado na Companhia decorre do período em que a controlada Ibitu Renováveis permaneceu sob controle direto da subsidiária Tupi e, conseqüentemente, sob controle indireto da Companhia.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear considerando a vida útil efetiva dos bens, com base nas taxas estabelecidas pela ANEEL, limitada ao período da autorização. O quadro adiante demonstra a classificação e a taxa média de depreciação nos termos mencionados:

	Taxa média de depreciação anual %	Controladora					
		2025			2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,99%	1.452	(290)	1.162	1.452	(232)	1.220
Móveis e utensílios	9,79%	327	(160)	167	327	(128)	199
<b>Total em serviço</b>		<b>1.779</b>	<b>(450)</b>	<b>1.329</b>	<b>1.779</b>	<b>(360)</b>	<b>1.419</b>

A movimentação do imobilizado da Controladora é como segue:

Em 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2025
<b>Em serviço</b>			
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.220	(58)	1.162
Móveis e utensílios	199	(32)	167
<b>Total em serviço</b>	<b>1.419</b>	<b>(90)</b>	<b>1.329</b>

Em 2024	Em 31/12/2023	Adições	Transferências	Reclassificação para o intangível	Depreciação	Em 31/12/2024
<b>Em serviço</b>						
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.279	-	-	-	(59)	1.220
Desenvolvimento de projetos	-	18	-	(18)	-	-
Máquinas e equipamentos	6	-	(5)	-	(1)	-
Móveis e utensílios	226	-	5	-	(32)	199
<b>Total em serviço</b>	<b>1.511</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>(18)</b>	<b>(92)</b>	<b>1.419</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média de depreciação anual %	Consolidado					
		2025			2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,17%	441.269	(91.238)	350.031	442.058	(73.355)	368.703
Máquinas e equipamentos	3,91%	3.214.177	(1.156.555)	2.057.622	3.198.328	(1.013.573)	2.184.755
Equipamentos de informática	19,39%	2.022	(1.509)	513	2.136	(1.655)	481
Móveis e utensílios	6,34%	875	(510)	365	1.290	(754)	536
Veículos	-	201	(201)	-	201	(201)	-
Provisão para desmantelamento	2,89%	5.600	(3.550)	2.050	5.600	(3.444)	2.156
(-) Provisão para perda ao valor recuperável	4,65%	(286.649)	39.481	(247.168)	(286.647)	26.165	(260.482)
<b>Total em serviço</b>		<b>3.377.294</b>	<b>(1.213.881)</b>	<b>2.163.413</b>	<b>3.362.765</b>	<b>(1.066.616)</b>	<b>2.296.149</b>
<b>Em curso</b>							
Adiantamentos a fornecedores		2.463	-	2.463	2.459	-	2.459
Máquinas e equipamentos		7.389	-	7.389	3.127	-	3.127
Material em depósito		21.795	-	21.795	22.166	-	22.166
Transformação fabricação e reparo		-	-	-	202	-	202
Compras em andamento		-	-	-	3.126	-	3.126
<b>Total em curso</b>		<b>31.647</b>	<b>-</b>	<b>31.647</b>	<b>31.080</b>	<b>-</b>	<b>31.080</b>
<b>Total</b>		<b>3.408.941</b>	<b>(1.213.881)</b>	<b>2.195.060</b>	<b>3.393.845</b>	<b>(1.066.616)</b>	<b>2.327.229</b>

A movimentação do imobilizado no Consolidado é como segue:

Em 2025	Em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Em 31/12/2025
<b>Em serviço</b>						
Edificações, obras civis e benfeitorias	368.703	145	(1.266)	699	(18.250)	350.031
Máquinas e equipamentos	2.184.755	-	(537)	16.843	(143.439)	2.057.622
Equipamentos de informática	481	-	(39)	272	(201)	513
Móveis e utensílios	536	-	-	(120)	(51)	365
Provisão para desmantelamento	2.156	-	-	3	(109)	2.050
(-) Provisão para perda ao valor recuperável	(260.482)	-	-	-	13.314	(247.168)
<b>Total em serviço</b>	<b>2.296.149</b>	<b>145</b>	<b>(1.842)</b>	<b>17.697</b>	<b>(148.736)</b>	<b>2.163.413</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em 2025	Em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Em 31/12/2025
<b>Em curso</b>						
Adiantamentos a fornecedores	2.459	5	-	(1)	-	2.463
Máquinas e equipamentos	3.127	18.259	-	(13.997)	-	7.389
Material em depósito	22.166	-	-	(371)	-	21.795
Compras em andamento	3.126	-	-	(3.126)	-	-
Transformação, fabricação e reparo	202	-	-	(202)	-	-
<b>Total em curso</b>	<b>31.080</b>	<b>18.264</b>	<b>-</b>	<b>(17.697)</b>	<b>-</b>	<b>31.647</b>
<b>Total</b>	<b>2.327.229</b>	<b>18.409</b>	<b>(1.842)</b>	<b>-</b>	<b>(148.736)</b>	<b>2.195.060</b>

(\*) Da depreciação total de R\$148.736, R\$ 148.317 estão classificados como parte dos custos dos serviços na demonstração de resultados e R\$ 419, despesas operacionais.

Em 2024	Em 31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificação do estoque	Reclassificação para o intangível	Transferência	Depreciação	Em 31/12/2024
<b>Em serviço</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	386.373	27	(18)	-	(104)	(486)	(17.089)	368.703
Máquinas e equipamentos	2.310.580	-	(430)	-	(1.868)	19.327	(142.854)	2.184.755
Equipamentos de informática	502	83	(3)	-	-	117	(218)	481
Móveis e utensílios	393	3	-	-	-	209	(69)	536
Provisão para desmantelamento	2.268	-	-	-	-	2	(114)	2.156
(-) Provisão para perda ao valor recuperável	(273.833)	-	-	-	-	1	13.350	(260.482)
<b>Total em serviço</b>	<b>2.426.283</b>	<b>113</b>	<b>(451)</b>	<b>-</b>	<b>(1.972)</b>	<b>19.170</b>	<b>(146.994)</b>	<b>2.296.149</b>
<b>Em curso</b>								
Adiantamentos a fornecedores	1.416	1.333	-	-	-	(290)	-	2.459
Máquinas e equipamentos	17.002	3.991	-	-	(222)	(17.644)	-	3.127
Móveis e utensílios	38	-	(5)	-	-	(33)	-	-
Compras em andamento	201	3.798	(191)	-	(62)	(620)	-	3.126
Material em depósito	5.009	11.585	-	5.572	-	-	-	22.166
Transformação, fabricação e reparo de máquinas	-	-	-	-	-	202	-	202
Outros custos capitalizáveis	785	-	-	-	-	(785)	-	-
<b>Total em curso</b>	<b>24.451</b>	<b>20.707</b>	<b>(196)</b>	<b>5.572</b>	<b>(284)</b>	<b>(19.170)</b>	<b>-</b>	<b>31.080</b>
<b>Total</b>	<b>2.450.734</b>	<b>20.820</b>	<b>(647)</b>	<b>5.572</b>	<b>(2.256)</b>	<b>-</b>	<b>(146.994)</b>	<b>2.327.229</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

(\*) Da depreciação total de R\$146.994, R\$ 146.533 estão classificados como parte dos custos dos serviços na demonstração de resultados e R\$ 461, despesas operacionais.

## 15. Intangível (consolidado)

	Taxa média amortização anual %	2025			2024		
		Custo histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>							
Direito de exploração	4,15%	475.713	(201.267)	274.446	475.714	(181.537)	294.177
Servidão de passagem <b>(i)</b>	2,82%	30.068	(6.491)	23.577	22.672	(5.852)	16.820
Licença ambiental de operação <b>(ii)</b>	27,07%	10.768	(5.887)	4.881	10.079	(3.159)	6.920
Software	20,00%	3.665	(3.231)	434	4.076	(3.234)	842
<b>Total em serviço</b>		<b>520.214</b>	<b>(216.876)</b>	<b>303.338</b>	<b>512.541</b>	<b>(193.782)</b>	<b>318.759</b>
<b>Em curso</b>							
Servidão de passagem		-	-	-	6.893	-	6.893
Depósitos judiciais <b>(i)</b>		1.856	-	1.856	1.716	-	1.716
Desenvolvimento de Projetos		9.917	-	9.917	8.362	-	8.362
<b>Total em curso</b>		<b>11.773</b>	<b>-</b>	<b>11.773</b>	<b>16.971</b>	<b>-</b>	<b>16.971</b>
<b>Total</b>		<b>531.987</b>	<b>(216.876)</b>	<b>315.111</b>	<b>529.512</b>	<b>(193.782)</b>	<b>335.730</b>

A movimentação do intangível é como segue:

Em 2025	Em 31/12/2024	Adições	Adição de provisão ambiental	Atualização de processo	Baixas	Transferência	Amortização	Em 31/12/2025
<b>Em serviço</b>								
Direito de exploração	294.177	-	-	-	-	(491)	(19.240)	274.446
Desenvolvimento de Projetos	-	680	-	-	-	(680)	-	-
Servidão de passagem <b>(i)</b>	16.820	-	-	-	-	7.398	(641)	23.577
Licença ambiental de operação <b>(ii)</b>	6.920	-	989	-	-	-	(3.028)	4.881
Software	842	23	-	-	(2)	71	(500)	434
<b>Total em serviço</b>	<b>318.759</b>	<b>703</b>	<b>989</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>6.298</b>	<b>(23.409)</b>	<b>303.338</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em 2025	Em 31/12/2024	Adições	Adição de provisão ambiental	Atualização de processo	Baixas	Transferência	Amortização	Em 31/12/2025
<b>Em curso</b>								
Servidão de passagem	6.893	104	-	426	-	(7.423)	-	-
Depósitos judiciais (i)	1.716	-	-	121	-	19	-	1.856
Desenvolvimento de Projetos	8.362	449	-	-	-	1.106	-	9.917
<b>Total em curso</b>	<b>16.971</b>	<b>553</b>	<b>-</b>	<b>547</b>	<b>-</b>	<b>(6.298)</b>	<b>-</b>	<b>11.773</b>
<b>Total</b>	<b>335.730</b>	<b>1.256</b>	<b>989</b>	<b>547</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>(23.409)</b>	<b>315.111</b>

(\*) Da amortização total de R\$23.409, R\$ 4.345 estão classificados como parte dos custos dos serviços na demonstração de resultados e R\$ 19.064, despesas operacionais.

Em 2024	Em 31/12/2023	Constituição de ativo de licença ambiental	Adição	Baixas de contingências	Baixas	Reclassificação do imobilizado	Retorno de ativo mantido para venda	Transferência	Amortização	Em 31/12/2024
Direito de exploração	315.925	-	-	-	-	-	-	-	(21.748)	294.177
Servidão de passagem (i)	20.531	-	477	-	21	2.171	-	(5.320)	(1.060)	16.820
Licença ambiental de operação (ii)	-	10.079	-	-	-	-	-	-	(3.159)	6.920
Software	795	-	353	-	-	69	-	32	(407)	842
<b>Total em serviço</b>	<b>337.251</b>	<b>10.079</b>	<b>830</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>2.240</b>	<b>-</b>	<b>(5.288)</b>	<b>(26.374)</b>	<b>318.759</b>
<b>Em curso</b>										
Servidão de passagem (i)	1.565	-	-	(127)	-	-	-	5.455	-	6.893
Depósitos judiciais (i)	1.907	-	47	-	(103)	-	-	(135)	-	1.716
Desenvolvimento de Projetos	3.128	-	2.998	-	(4)	16	2.256	(32)	-	8.362
Outros	2	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-
<b>Total em curso</b>	<b>6.602</b>	<b>-</b>	<b>3.045</b>	<b>(127)</b>	<b>(109)</b>	<b>16</b>	<b>2.256</b>	<b>5.288</b>	<b>-</b>	<b>16.971</b>
<b>Total</b>	<b>343.853</b>	<b>10.079</b>	<b>3.875</b>	<b>(127)</b>	<b>(88)</b>	<b>2.256</b>	<b>2.256</b>	<b>-</b>	<b>(26.374)</b>	<b>335.730</b>

(\*) Da amortização total de R\$26.374, R\$ 4.608 estão classificados como parte dos custos dos serviços na demonstração de resultados e R\$ 21.766, despesas operacionais.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

i) Servidão de passagem e depósitos judiciais vinculados à aquisição de direito de passagem:

- Servidão de passagem - refere-se às indenizações pagas aos proprietários de terra nas quais se faz necessária a utilização de faixa de terra para passagem da linha de transmissão que conecta os parques geradores ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.
- Depósitos judiciais - Eventualmente, os proprietários de terra podem não aceitar o valor da indenização proposto, que é calculado com base em normas técnicas brasileiras específicas, e iniciar discussão judicial a respeito do valor justo da indenização a ser paga pelo direito de passagem. Nesses casos, a Companhia realiza depósitos judiciais para fins de imissão liminar de posse, que também são registrados como parte do ativo intangível, dada a natureza de aquisição de direito de passagem.

ii) **Licença ambiental de operação** - exigência regulatória para a exploração comercial de energia. Os dispêndios associados são contabilizados como ativos intangíveis e amortizados linearmente durante o período de validade das licenças. Em geral, as licenças detidas pelas controladas, com prazo de vigência de 3 a 6 anos.

iii) O saldo referente ao Direito de Exploração registrado, é composto da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Aquisições dos Complexos Icaraí e Taíba	56.697	59.577
Custo adicional de aquisição do Complexo Amontada	4.710	4.706
Aquisições do Complexo Amontada e Riachão	51.170	55.079
Aquisições dos Complexos Caldeirão I e II	161.869	174.815
<b>Total</b>	<b>274.446</b>	<b>294.177</b>

## 16. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente valores a pagar remanescentes por aquisição de materiais e serviços da operação e manutenção dos parques geradores, compra de energia e encargos de uso da rede com vencimento médio de até 3 meses. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025.

A seguir demonstramos a composição de fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	-	-	36.520	25.346
Fornecedor de materiais e serviços diversos	863	1.340	19.006	15.268
Commitment Fee (**)	-	3.378	-	3.378
Fornecedor de materiais e serviços diversos - O&M (*)	-	-	2.070	1.740
<b>Total de fornecedores - passivo circulante</b>	<b>863</b>	<b>4.718</b>	<b>57.596</b>	<b>45.732</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Fornecedor de materiais e serviços diversos	-	-	1.717	6.766
Fornecedor de materiais e serviços diversos - O&M (*)	-	-	2.875	4.800
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.592</b>	<b>11.566</b>

(\*) O saldo de R\$ 2.070 (R\$ 1.740 em 31 de dezembro de 2024) no circulante e R\$ 2.875 (R\$ 4.800 em 31 de dezembro de 2024) no não circulante está relacionado a cobranças do contrato de operação e manutenção dos complexos Icaraí e Taíba, envolvendo investimentos no plano de recuperação e o recebimento de danos acordados por indisponibilidade abaixo de 97%. Em 2023, a Administração do Grupo decidiu pagar o saldo líquido. O saldo será pago em 28 parcelas mensais e consecutivas, com encerramento em abril de 2028.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

**(\*\*)** Correspondente à taxa de 1,40% a.a. sobre os recursos da linha de crédito “Revolving Credit Facility” (Nota Explicativa nº 17 (f)).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia ou suas controladas não possuem operações de risco sacado.

## 17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Consolidado					
	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>						
BNDES (a)	-	-	-	47.939	255.108	<b>303.047</b>
(-) Custos de captação BNDES	-	-	-	(293)	(1.702)	<b>(1.995)</b>
<b>Total BNDES (a)</b>	-	-	-	<b>47.646</b>	<b>253.406</b>	<b>301.052</b>
BNDES - FINAME	293	602	<b>895</b>	295	890	<b>1.185</b>
<b>Total BNDES Finame (b)</b>	<b>293</b>	<b>602</b>	<b>895</b>	<b>295</b>	<b>890</b>	<b>1.185</b>
BNB	17.002	382.268	<b>399.270</b>	16.184	398.167	<b>414.351</b>
(-) Custos de captação BNB	(461)	(7.257)	<b>(7.718)</b>	(461)	(7.718)	<b>(8.179)</b>
<b>Total BNB (d)</b>	<b>16.541</b>	<b>375.011</b>	<b>391.552</b>	<b>15.723</b>	<b>390.449</b>	<b>406.172</b>
<b>Total</b>	<b>16.834</b>	<b>375.613</b>	<b>392.447</b>	<b>63.664</b>	<b>644.745</b>	<b>708.409</b>

### (a) BNDES (Financiamentos quitados em 16 de abril de 2025)

#### Complexos Icarai e Taiba

As controladas Icarai I, Icarai II, Taiba Águia, Taiba Andorinha e Colônia firmaram, em outubro de 2014, o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 253.972, tendo vencimento da última amortização em dezembro de 2030. O valor liquidado em 16 de abril de 2025 foi de R\$ 90.987.

#### Complexo Amontada

As controladas Ilha Grande, Palmas e Ribeirão firmaram, em setembro de 2014, os contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 173.307, tendo vencimento da última amortização em fevereiro de 2031. O valor liquidado em 16 de abril de 2025 foi de R\$ 68.678.

#### Complexo de Riachão

As controladas Acari, Albuquerque, Anemoi, Apeliotes e Arena firmaram, em novembro de 2015, os contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 335.718, tendo vencimento da última amortização em dezembro de 2031. O valor liquidado em 16 de abril de 2025 foi de R\$ 130.681.

#### a.1) Garantias e covenants do BNDES

Para as operações de financiamento de longo prazo, foi dado como garantia ao BNDES, o penhor da totalidade das ações de emissão das SPes, da Ventus, Brise e Ibitu Renováveis, assim como quaisquer outras ações representativas do capital social que venham a ser subscritas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no contrato e os ativos constituídos das máquinas e equipamentos relativos ao parque eólico.

Além de outras garantias, cedeu fiduciariamente ao BNDES:

- os direitos creditórios de qualquer contrato de venda de energia que venham a ser celebrados pela Ibitu Renováveis;

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- os créditos que venham a ser depositados nas referidas contas vinculadas ao financiamento.

Como forma de monitoramento da situação financeira pelo BNDES, foi utilizado o covenant financeiro e indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), conforme definido no contrato de financiamento.

O índice é calculado ao término de cada exercício. O ICSD estava atendido pelas controladas até o encerramento do último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

### a.2) Aportes SPES e Quitação BNDES

Em 16 de abril de 2025, a Tupi aportou R\$ 246.046 e as SPEs quitaram na mesma data as dívidas existentes com o BNDES. Os aportes e quitações ocorreram conforme a seguir:

	Aporte de capital da Companhia nas controladas	Valor de quitação BNDES
<b>Complexo Icarai</b>		
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	13.282	17.782
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	21.250	29.250
<b>Total</b>	<b>34.532</b>	<b>47.032</b>
<b>Complexo Taiba</b>		
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	12.533	13.533
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	18.864	19.864
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	4.558	10.558
<b>Total</b>	<b>35.955</b>	<b>43.955</b>
<b>Complexo Amontada</b>		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	26.959	27.959
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	20.691	21.691
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	19.028	19.028
<b>Total</b>	<b>66.678</b>	<b>68.678</b>
<b>Complexo Riachão</b>		
Central Geradora Eólica Acari S.A.	25.852	28.652
Central Geradora Eólica Arena S.A.	24.804	23.503
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	17.620	26.602
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	21.503	25.620
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	19.102	26.304
<b>Total</b>	<b>108.881</b>	<b>130.681</b>
<b>Total</b>	<b>246.046</b>	<b>290.346</b>

Com a quitação da dívida, os saldos de cauções vinculados à dívida foram liberados e resgatados em 08 de maio de 2025.

### (b) BNDES FINAME

Em fevereiro de 2024, as controladas SPE Taiba Águia e SPE Icarai I contrataram Cédula de Crédito Bancário – CCB (“Finame”) no valor total de R\$ 710 cada junto ao BNDES com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos (pá carregadeira).

Os juros incidentes sobre este financiamento são calculados com base na IPCA mais spread de 8,68% para Icarai I e 8,64% para Taiba Águia. O Finame será pago ao BNDES em 60 prestações mensais e sucessivas e teve início em 15 de março de 2024.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em 16 de fevereiro de 2024, o crédito foi disponibilizado diretamente ao fornecedor.

Para a operação de Finame, a Ibitu Energias Renováveis S.A. (parte relacionada das SPEs e controladora indireta anterior) figura como avalista coobrigada nas operações e há alienação fiduciária do equipamento adquirido por meio dessa linha de crédito.

### c) Movimentação BNDES e BNDES FINAME

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>302.237</b>	<b>344.967</b>
Captação de empréstimo	-	1.624
Custo de Captação	1.897	-
Juros sobre financiamentos ao resultado	6.932	25.802
Atualização financeira TJLP	1.681	2.696
Pagamento de principal	(304.034)	(47.136)
Juros pagos	(7.915)	(26.009)
Apropriação dos custos de financiamentos	97	293
<b>Saldo final</b>	<b>895</b>	<b>302.237</b>

### d) Banco do Nordeste do Brasil (BNB) - CG2

As controladas do Complexo Caldeirão Grande 2 Solar firmaram, em 29 de agosto de 2022, contratos de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) no valor total de R\$ 428.999. O primeiro desembolso ocorreu em novembro de 2022, no valor de R\$ 345.571, e o segundo, em 18 de abril de 2023, no montante de R\$ 83.428. Sobre a dívida incidem IPCA e juros de 4,2715% a.a.

Os encargos financeiros são exigidos trimestralmente durante o período de carência, fixado em 12 (doze) meses e compreendido entre 29 de agosto de 2022 a 15 de setembro de 2023 (período de carência), e mensalmente, durante o período de amortização, a partir de 15 de outubro de 2023, juntamente com as prestações vincendas de principal. A amortização se dará em 228 parcelas, com a última vencendo em 15 de setembro de 2042.

#### d.1) Garantias e “covenants”

- Cessões fiduciárias de contas-reservas constituídas pelas controladas, que corresponderão a, em média, pelo menos 2,86% do saldo devedor de principal existente com o valor da parcela a desembolsar pelas controladas, mantido até o final dos financiamentos, cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 16.070, R\$ 786 registrado na rubrica Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito) no ativo circulante, R\$ 15.284 registrado na rubrica Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito) no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 11);
- Cartas de fiança bancária no valor integral do financiamento, emitidas pelo Banco Itaú Unibanco S.A.;
- Alienação fiduciária da totalidade de ações de emissão da Caldeirão Grande 2 Solar, em benefício dos debenturistas, bem como, de 100% das ações de emissão das controladas;
- Fiança da Ibitu Energias e da Companhia.
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes ou futuros, decorrentes **(i)** da totalidade dos contratos de comercialização de energia celebrados pelas controladas; **(ii)** dos contratos de construção das controladas **(iii)** das autorizações ANEEL; **(iv)** das Apólices de Seguro; **(v)** das garantias outorgadas no âmbito dos Contratos de Construção; **(vi)** do Projeto, incluindo aquelas relativas a operações no mercado de curto prazo de energia; **(vii)** das ações emitidas pelas controladas; **(viii)** de mútuos; e **(ix)** recursos das controladas depositados nas contas do projeto;

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Todas as exigências e cláusulas restritivas (“covenants”) estabelecidas no contrato de financiamento, estão sendo devidamente observadas e cumpridas pelas controladas até a presente data.

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada pelo Itaú (fiador), é utilizado o covenant financeiro e indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo consolidado de 1,2. Em 2025, foi atingido o índice de 1,61 (1,45 em 2024).

### d.2) Movimentação BNB é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>406.172</b>	<b>417.418</b>
Custo de captação	-	977
Juros sobre financiamentos ao resultado financeiro	32.764	34.954
Atualização financeira	-	21
Pagamento de principal	(14.624)	(13.051)
Juros pagos	(33.221)	(34.645)
Amortização do custo de captação ao resultado	461	498
<b>Saldo final</b>	<b>391.552</b>	<b>406.172</b>

### e) Total da movimentação de empréstimos

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>708.409</b>	<b>762.385</b>
Captação de empréstimos	-	1.624
Custo de Captação	1.897	977
Juros sobre financiamentos ao resultado (Nota Explicativa nº 33)	39.696	60.756
Atualização financeira TJLP (Nota Explicativa nº 33)	1.681	2.717
Pagamento de principal	(318.658)	(60.187)
Juros pagos	(41.136)	(60.654)
Apropriação dos custos de financiamentos (Nota Explicativa nº 33)	558	791
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>392.447</b>	<b>708.409</b>

### f) Vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	Saldo devedor total em 31/12/2025	Menos de um ano até 31/12/2026	Entre 1º de janeiro de 2027 e dezembro de 2030	Após 2030
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>392.447</b>	<b>16.834</b>	<b>68.009</b>	<b>307.604</b>

### g) “Revolving Credit Facility” - Linha de crédito cancelada (Itaú BBA)

Em 17 de novembro de 2023, a Companhia e a Ibitu Renováveis firmaram proposta com o Itaú BBA para captação de até R\$215.000 por meio de emissão de notas comerciais (garantia firme), com aval da Companhia e da Controlada, cessão fiduciária de dividendos de Ventus e Brise e conta de dividendos, nos termos da Resolução CVM no 160.

A linha estaria disponível até dezembro de 2025, com *commitment fee* de 1,40% a.a. (pago semestralmente) e possibilidade de saque via CCB ou NC a CDI + 2,90% a.a., com amortizações em 2026 e 2027. Mantinham-se *covenants* de ICSD  $\geq 1,20x$  e Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 4,50x$ .

Em março de 2025, a Administração decidiu não utilizar a linha, cancelou a operação e reconheceu no resultado da Companhia os custos de descontinuidade e *commitment fees* pagos no montante total de R\$ 5.449.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Debêntures

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A (a)</b>						
1ª Emissão de debêntures	58.103	282.936	341.039	55.724	325.804	381.528
2ª Emissão de debêntures	25.046	158.943	183.989	24.014	175.716	199.730
(-) Custos de captação	(639)	(3.364)	(4.003)	(581)	(3.653)	(4.234)
<b>Total (a)</b>	<b>82.510</b>	<b>438.515</b>	<b>521.025</b>	<b>79.157</b>	<b>497.867</b>	<b>577.024</b>
<b>Caldeirão Grande 2 Solar S.A (b)</b>						
1ª Emissão de debêntures	3.985	82.073	86.058	2.997	80.262	83.259
(-) Custos de captação	(386)	(3.150)	(3.536)	(386)	(3.536)	(3.922)
<b>Total (b)</b>	<b>3.599</b>	<b>78.923</b>	<b>82.522</b>	<b>2.611</b>	<b>76.726</b>	<b>79.337</b>
<b>Tupí Energias Renováveis S.A (c)</b>						
1ª Emissão de debêntures	32.186	562.600	594.786	-	-	-
2ª Emissão de debêntures	6.059	242.846	248.905	-	-	-
(-) Custos de captação	(1.724)	(16.954)	(18.678)	-	-	-
<b>Total (c)</b>	<b>36.521</b>	<b>788.492</b>	<b>825.013</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>122.630</b>	<b>1.305.930</b>	<b>1.428.560</b>	<b>81.768</b>	<b>574.593</b>	<b>656.361</b>

#### a) Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.

##### 1ª Emissão de Debêntures na subsidiária CGER, emitida em dezembro de 2020

Em 07 de dezembro de 2020, a controlada realizou a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores, com valor de ingresso de R\$400.000. A finalidade de aplicação dos recursos obtidos nesta emissão é a sua aplicação em quaisquer das atividades previstas no estatuto da controlada.

Em 26 de novembro de 2021, foi firmado o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, alterando as taxas remuneratórias de IPCA + 6,5922% a.a. para IPCA + 6,7922% a.a., após 1º de dezembro de 2021. Também foram ajustadas as datas de pagamentos dos juros remuneratórios de semestrais para trimestrais, sempre no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, bem como ajustando o prazo de amortização passando de 21 parcelas semestrais para 41 parcelas trimestrais.

##### 2ª Emissão de Debêntures na subsidiária CGER, emitida em novembro de 2021

Em 26 de novembro de 2021, a controlada realizou a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores, com valor de ingresso de R\$200.000, integralizados no dia 30 de novembro de 2021, detendo taxas remuneratórias de IPCA + 7,68% a.a., a emissora deverá realizar pagamentos de juros trimestrais a partir de 15 de junho de 2022, e de amortização de principal trimestrais e consecutivas em 39 parcelas, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2022. A finalidade de aplicação dos recursos obtidos nesta emissão é a sua aplicação em quaisquer das atividades previstas no estatuto da controlada.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

---

### i. Garantias e “Covenants”

- Alienação fiduciária, em benefício dos debenturistas, da totalidade das ações da controlada, bem como, de 100% das ações de emissão de suas subsidiárias;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes ou futuros, decorrentes **(i)** da totalidade dos contratos de comercialização de energia celebrados pelas subsidiárias; **(ii)** das autorizações ANEEL; **(iii)** dos contratos do Projeto; **(iv)** das Apólices de Seguro; **(v)** dos recursos depositados nas contas do projeto, em benefício dos debenturistas; **(vi)** de outras receitas que sejam decorrentes do Projeto, incluindo aquelas relativas a operações no mercado de curto prazo de energia; **(vii)** dos contratos de mútuos existentes ou que vierem a existir entre a controlada e suas subsidiárias;
- Alienação fiduciária de determinados equipamentos que compreendem o Projeto, em benefício dos Debenturistas, conforme descrito no instrumento de Cessão Fiduciária de Equipamentos.

Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores, é utilizado o *covenant* financeiro e indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), conforme definido na escritura de emissão das debêntures. O índice ICSD = (geração de caixa da atividade/serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,20, a ser calculado ao final de cada exercício social.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD anual calculado pela Administração está dentro limites estabelecidos em contrato, dessa forma, todas as exigências e cláusulas restritivas (“covenants”) estabelecidas nas escrituras das emissões estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela controlada e suas subsidiárias.

### b) Caldeirão Grande 2 Solar S.A.

Em 15 de agosto de 2024, a controlada realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em rito de registro automático de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, com valor de ingresso de R\$ 80.000. A finalidade de aplicação dos recursos obtidos nesta emissão é o pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos no projeto do complexo CG2.

As debêntures são remuneradas por IPCA + 7,3274% a.a., com vencimentos semestrais nos meses de fevereiro e agosto, a partir de 15 de fevereiro de 2025, em 22 parcelas, com vencimento final em 15 de agosto de 2035.

### i) Garantias e “covenants”

- Compartilhamento das garantias reais com o fiador do financiamento BNB;
- Cessão fiduciária de conta vinculada de titularidade da controlada onde deverá ser retido o montante mínimo correspondente **(a)** ao valor da parcela subsequente; **(b)** todas as aplicações financeiras e recursos mantidos nessa conta; e **(c)** conta para recomposição do ICSD mínimo, se necessário.

Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores, é utilizado o *covenant* financeiro e indicador ICSD da emissora (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), conforme definido na escritura de emissão das debêntures. O índice ICSD = (geração de caixa da atividade / serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,20, a ser calculado ao final de cada exercício social.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD (calculado anualmente) foi de 1,24, dessa forma, todas as exigências e cláusulas restritivas (“covenants”) estabelecidas nas escrituras das emissões estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela controlada e suas subsidiárias.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### c) Tupi Energias Renováveis S.A.

Em 18 de março de 2025, a Tupi Energias Renováveis S.A. assinou o “Instrumento Particular de Emissão da 1ª (primeira) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 02 (duas) Séries, Para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição” (“Emissão”), aditado em 15 de abril de 2025 ato devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e autorizada pelos órgãos reguladores competentes, nos termos da Resolução CVM 160. A emissão efetiva e liquidação da Emissão aconteceu em 16 de abril de 2025.

#### Características da Emissão

A 1ª emissão de debêntures da Companhia, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, garantia adicional e fidejussória, em duas séries, em rito de registro automático de distribuição, totalizando R\$ 820.000.000,00 (oitocentos e vinte milhões de reais) com as seguintes características principais:

**Primeira Série (Debêntures Institucionais):** R\$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais) com vencimento em 15 de outubro de 2034, prazo de aproximadamente 9,5 anos a partir da data de emissão (e remuneração de DI+2,90% a.a., não classificadas como incentivadas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

**Segunda Série (Debêntures Incentivadas):** R\$ 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões de reais), com vencimento em 15 de outubro de 2036, com prazo de aproximadamente 11,5 anos a partir da data de emissão, e remuneração de IPCA+8,2194% a.a., classificadas como incentivadas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

#### Finalidade dos recursos

Os recursos captados com a emissão serão destinados para **(i)** o pré-pagamento de dívidas existentes das controladas (continuadas) perante o BNDES; **(ii)** distribuição de recursos ao controlador; **(iii)** reforço do capital de giro e **(iv)** reembolso de capital relacionado a investimentos realizados e investimentos futuros.

#### i) Garantias e Covenants

- Alienação fiduciária, em benefício dos debenturistas, da totalidade das ações da Tupi, bem como, de 100% das ações de emissão das subsidiárias;
- Alienação fiduciária de determinados equipamentos que compreendem o Projeto, em benefício dos Debenturistas, conforme descrito no instrumento de Cessão Fiduciária de Equipamentos;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes ou futuros, decorrentes **(i)** da totalidade dos contratos de comercialização de energia celebrados pelas controladas; **(ii)** das autorizações ANEEL; **(iii)** dos contratos de operação e manutenção dos projetos; **(iv)** das apólices de seguro; **(v)** de outras receitas que sejam decorrentes do Projeto, incluindo aquelas relativas a operações no mercado de curto prazo de energia; **(vi)** de direitos econômicos oriundos de ações emitidas pelas SPEs; **(vii)** de todos os dos recursos depositados nas contas do projeto.

A emissão conta com obrigações usuais de mercado, além da obrigação de não distribuição de dividendos caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) fique abaixo de 1,25x. Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, é utilizado o covenant financeiro e indicador ICSD com caixa (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida com caixa), conforme definido na escritura de emissão das debêntures. O índice ICSD = ((geração de caixa da atividade + caixa inicial) / serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,30, a ser calculado ao final de cada semestre social, a partir de junho de 2026.

#### Pagamento da remuneração das debêntures

**Debêntures Institucionais (juros + atualização monetária):** Semestralmente em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2025.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

**Debêntures Incentivadas (juros):** Semestralmente em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2025.

### Amortização do principal

**Debêntures Institucionais:** Semestralmente, customizado, em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2025, com vencimento em outubro de 2034.

**Debêntures Incentivadas:** Semestralmente, customizado, em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2026, com vencimento em outubro de 2036.

### d) Movimentação das debêntures:

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>656.361</b>	<b>616.363</b>
Emissão de debêntures	820.000	80.000
Atualização do principal (Nota Explicativa nº 33)	91.067	30.750
Encargos das debêntures (Nota Explicativa nº 33)	71.537	44.293
Juros pagos	(63.531)	(42.291)
Pagamento de principal	(128.812)	(69.101)
Custos de transação de emissão	(20.026)	(4.313)
Amortização do custo de captação (Nota Explicativa nº 33)	1.964	660
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.428.560</b>	<b>656.361</b>

### e) Vencimento das debêntures:

	Saldo devedor total em 31/12/2025	Menos de um ano até 31/12/2026	Entre 1º de janeiro de 2027 e dezembro de 2030	Após 2030
<b>Debêntures</b>	<b>1.428.560</b>	<b>122.630</b>	<b>380.852</b>	<b>925.078</b>

## 19. Impostos e contribuições a recolher e ICMS diferido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos e contribuições retidos	8	8	651	631
PIS a recolher	-	1	483	337
Cofins a recolher	2	5	2.259	1.569
ICMS a recolher	-	2	41	46
INSS a recolher	-	-	81	109
Outros tributos	-	-	9	1
<b>Total de impostos e contribuições a recolher (a)</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>3.524</b>	<b>2.693</b>
IRPJ a recolher	-	-	4.728	4.990
CSLL a recolher	-	-	2.914	3.298
<b>Total de impostos de renda e contribuição social (b)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.642</b>	<b>8.288</b>
<b>Total de impostos e contribuições - passivo circulante (a+b)</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>11.166</b>	<b>10.981</b>
PIS a recolher (**)	-	-	1.189	1.730
Cofins a recolher (**)	-	-	5.476	7.971
ICMS a pagar (*)	-	-	51.231	48.867
(-) AVP ICMS Diferido (*)	-	-	(34.126)	(33.814)
<b>Total de impostos e contribuições diferidos (a)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.770</b>	<b>24.754</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ a recolher sobre instrumento financeiros	-	-	-	481
CSLL a recolher sobre instrumento financeiros	-	-	-	168
<b>Total de impostos de renda e contribuição social diferidos (b) (Nota Explicativa nº 8)</b>	-	-	-	<b>649</b>
<b>Total de impostos e contribuições - Passivo não circulante (a+b)</b>	-	-	<b>23.770</b>	<b>25.403</b>

(\*) ICMS diferido - Refere-se a permissão de pagamento diferido do diferencial de alíquota do ICMS nas aquisições de equipamentos incorporados aos parques geradores, para vencimento no ano de 2034 ou no ato da venda do ativo, conforme decreto estadual e convênio ICMS (anexo CCCIX do Decreto 13.500/2008).

(\*\*) PIS e Cofins diferidos totalizando R\$ 6.665 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 9.701 em 31 de dezembro de 2024, apurados sobre marcação a mercado (MtM) de contratos futuros de energia (Nota Explicativa nº 12).

## 20. Contas a pagar de aquisição de empresas

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>		
Complexos Amontada, Riachão e Caldeirão I (a)	18.556	18.856
<b>Total</b>	<b>18.556</b>	<b>18.856</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Complexos Amontada, Riachão, Caldeirão I (a)	97.612	100.162
<b>Total</b>	<b>97.612</b>	<b>100.162</b>
<b>Total</b>	<b>116.168</b>	<b>119.018</b>

A Companhia tem registrado a obrigação a pagar no valor de R\$ 116.168 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 119.018 em 31 de dezembro de 2024) aos antigos proprietários pesquisadores dos projetos.

	Remuneração	Vencimento	2025		2024	
			Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Tranche A ENG	IPCA	Trimestral a partir de nov/2021 até jan/2035	11.645	64.843	12.110	65.665
Casa dos Ventos (CDV)	IPCA	Mensal a partir de jun/2022 até mai/2036	6.911	32.769	6.746	34.497
<b>Total</b>			<b>18.556</b>	<b>97.612</b>	<b>18.856</b>	<b>100.162</b>

### a) Complexos Amontada, Riachão, Caldeirão I e Caldeirão II

Essa obrigação está atrelada ao desenvolvimento do projeto Caldeirão I e aos contratos de venda de energia incentivada pertencente às SPEs dos Complexos Amontada, Riachão, Caldeirão I cujos pagamentos serão feitos a razão de um valor predeterminado por MWh gerado, faturado e efetivamente recebido por estas SPEs.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### b) Movimentação

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	18.856	144.429
Pagamentos	(17.785)	(38.447)
Transferência passivo não circulante para circulante	17.485	(87.126)
<b>Saldo em 31 de dezembro - passivo circulante</b>	<b>18.556</b>	<b>18.856</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>100.162</b>	<b>442.242</b>
Atualização financeira (Nota Explicativa nº 33)	417	3.770
Ajuste a valor presente (resultado) (Nota Explicativa nº 33)	14.518	16.473
Tranche B ENG convertida em aumento de capital social (Nota Explicativa no 25) (*)	-	(449.449)
Transferência passivo não circulante para circulante	(17.485)	87.126
<b>Saldo em 31 de dezembro - passivo não circulante</b>	<b>97.612</b>	<b>100.162</b>
<b>Total geral</b>	<b>116.168</b>	<b>119.018</b>

(\*) Em 22 de junho de 2024, a Companhia foi notificada sobre a cessão dos créditos da Tranche B, originalmente de titularidade da ENG, para a Geribá Participações e Consultoria SPE-8 Ltda. Tais créditos foram posteriormente adquiridos pelo controlador indireto, FIP - ASTRA Infraestrutura. Em 31 de janeiro de 2025, o saldo total da tranche — que somava R\$ 449.449 em 1o de janeiro de 2024 — foi convertido em capital na Companhia e, na mesma data, integralizado como aumento de capital social na Ibitu Renováveis.

## 21. Provisão para contingências

As contingências são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia ou suas controladas. Provisões são constituídas para todas as contingências para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

### a) Processos com probabilidade de perda classificada como provável

#### Controladora

No âmbito da Controladora, o saldo de R\$ 100 em 31 de dezembro de 2025 refere-se a três processos trabalhistas em que são pleiteados, essencialmente, o pagamento de diferenças de verbas rescisórias.

A movimentação da provisão apresenta-se da seguinte forma:

	Controladora	
	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>10</b>	<b>78</b>
Provisão/ atualização (reversão)	90	(68)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>100</b>	<b>10</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### Consolidado

Resumo da ação	Tipo de processo	Esfera	2025		2024	
			Quant.	Valor em R\$	Quant.	Valor em R\$
Ação trabalhista em que são reclamadas horas extras e diferenças de verbas rescisórias	Trabalhista	Judicial	4	45	1	10
Ação trabalhista em que são reclamadas horas diferenças de verbas rescisórias	Trabalhista	Administrativo	1	85	-	-
Ação para instituição de servidão administrativa para passagem da Linha de Transmissão do Complexo CG2	Imobiliário	Judicial	-	-	1	54
Ação para instituição de servidão administrativa para passagem da Linha de Transmissão do Complexo Riachão	Imobiliário	Judicial	4	5.955	4	5.421
Auto de infração por não cumprimento da condicionante de autorização para uso alternativo do solo por supressão vegetal	Ambiental	Administrativo	-	-	4	6
Auto de infração ambiental por alegada não apresentação de declaração de reposição florestal	Ambiental	Administrativo	5	665	-	-
<b>Total</b>			<b>14</b>	<b>6.750</b>	<b>10</b>	<b>5.491</b>

### Movimentação consolidada dos processos com probabilidade de perda classificada como provável

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>5.491</b>	<b>5.745</b>
Adições (reversões) de contingências	833	(78)
Baixa de processo com depósito judicial	-	(49)
Atualização financeira registrada no ativo intangível (Nota Explicativa nº 15) (*)	426	(127)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>6.750</b>	<b>5.491</b>

(\*) Trata-se de contingências relacionadas a direitos de passagem de linhas de transmissão, cujos dispêndios são capitalizados como ativos intangíveis em virtude da natureza dos direitos adquiridos.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço consolidado de R\$ 6.750 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.491 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrado anteriormente, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

### b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas são parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

A seguir as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### Controladora

Resumo da ação	Tipo de processo	Esfera	2025		2024	
			Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
Cobrança de diferenças da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	Tributário	Judicial	1	Sem valor atribuído	1	95
Alegado não pagamento de verbas rescisórias	Trabalhista	Judicial	-	-	1	6
Reclamações trabalhistas que versam, substancialmente, sobre pedidos de adicional de periculosidade, horas extraordinárias e verbas rescisórias	Trabalhista	Judicial	2	851	1	6
Contestação de débitos de depósito de FGTS	Trabalhista	Administrativo	-	-	6	78
Reclamação trabalhista que pleiteia o reconhecimento de acidente de trabalho e doenças ocupacionais, com pedidos de indenização por danos morais e materiais, além do pagamento de verbas rescisórias	Cível	Judicial	1	430	-	-
<b>Total</b>			<b>4</b>	<b>1.281</b>	<b>9</b>	<b>185</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### Consolidado

Resumo da ação	Tipo de processo	Esfera	2025		2024	
			Quant.	Valor em R\$	Quant.	Valor em R\$
Alegado descumprimento de condicionante da autorização ambiental para supressão vegetal e reflorestamento	Ambiental	Administrativo	1	27	2	55
Alegado descumprimento de condicionante da autorização ambiental referente a não apresentação de cronograma detalhado das campanhas de campo com antecedência	Ambiental	Administrativo	3	42	2	35
Auto de Infração – Torres medidoras sem licenciamento ambiental	Ambiental	Administrativo	3	Sem valor atribuído	-	-
Procedimento arbitral – Pedido contraposto <b>(b)</b>	Arbitragem	Judicial	-	-	3	31.156
Pedidos de indenizações por alegados danos causados pelas torres eólicas e linha de transmissão	Cível	Judicial	28	6.094	27	5.062
Ações para instituição de linha de transmissão	Cível	Judicial	-	-	11	5.937
Pleito de pagamento de remuneração variável	Cível	Judicial	1	787	1	732
Indenização por danos materiais por alegada falta de pagamento de vale pedágio	Cível	Judicial	-	-	1	40
Inadimplemento contratual e inexistência de título executivo	Cível	Judicial	1	118	-	-
Cobrança de valores referentes a comissões, reconhecidos em sentença de partilha e sub-rogados em favor da autora. Esses valores decorrem de contrato de compra e venda de ações celebrado entre a Companhia e outras empresas	Cível	Judicial	1	15.503	-	-
Ação de indenização por alegados danos decorrentes de encargos logísticos	Cível	Judicial	1	43	-	-
Reclamação trabalhista que pleiteia o reconhecimento de acidente de trabalho e doenças ocupacionais, com pedidos de indenização por danos morais e materiais, além do pagamento de verbas rescisórias	Cível	Judicial	1	430	-	-
Ações promovidas pelas controladas para instituição de servidão administrativa para passagem da Linha de Transmissão	Imobiliário	Judicial	8	5.941	10	5.890
Reintegração de posse de imóvel atingido pela linha de transmissão	Imobiliário	Judicial	-	-	2	2.609
Ações envolvendo indenizações decorrentes da passagem de linha de transmissão	Imobiliário	Judicial	9	13.694	8	11.346
Nulidade de cláusula contratual de arrendamento rural	Imobiliário	Judicial	-	-	1	9
Auto de infração relacionado à emissão do DAPR/D Declaração de Atendimento aos Requisitos dos Procedimentos de Rede Definitiva	Regulatório	Administrativo	-	-	5	275
Auto de infração que contempla 3 penalidades de multa em razão de alegadas 4 Não-Conformidades relacionadas ao evento “apagão” de 15/08/2024	Regulatório	Administrativo	19	5.080	19	5.079
Ações judiciais com associações setoriais, questionando cobranças do setor elétrico	Regulatório	Judicial	4	Sem valor atribuído	4	600
Contestação de débitos de depósito de FGTS	Trabalhista	Administrativo	-	-	6	78

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Resumo da ação	Tipo de processo	Esfera	2025		2024	
			Quant.	Valor em R\$	Quant.	Valor em R\$
Alegado não pagamento de verbas rescisórias	Trabalhista	Judicial	-	-	1	6
Responsabilidade subsidiária em reclamação trabalhista	Trabalhista	Judicial	-	-	8	247
Reclamações trabalhistas que versam, substancialmente, sobre pedidos de adicional de periculosidade, horas extraordinárias e verbas rescisórias	Trabalhista	Judicial	2	861	1	6
Impugnação contra cobrança de ISSQN sobre serviço tomado <b>(a)</b>	Tributário	Administrativo	25	42.362	20	41.561
Multa isolada por compensação de impostos não homologada	Tributário	Administrativo	-	-	1	27
Auto de Infração objetivando o lançamento de Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF")	Tributário	Administrativo	2	10.202	2	11.640
Fiscalização de EFD contribuições e auto de infração referente a fiscalização de PIS e Cofins de 2019	Tributário	Administrativo	2	6.473	1	5.884
Alegada responsabilidade solidária em auto de infração relativo a Imposto de renda retido na fonte <b>(d)</b>	Tributário	Administrativo	1	1.396.133	-	-
Cobrança de diferenças da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	Tributário	Judicial	1	Sem valor atribuído	1	95
<b>Total</b>			<b>113</b>	<b>1.503.790</b>	<b>137</b>	<b>128.369</b>

**(a)** Em 07 de janeiro de 2025, as controladas Ilha Grande, Icaraí I, Icaraí II, Palmas e Ribeirão ajuizaram Ação Declaratória cumulada com Obrigação de Fazer em face da Prefeitura Municipal de Amontada/CE.

A ação objetiva o reconhecimento da prescrição de créditos tributários referentes a autos de infração nº 05/2014, 06/2014, 07/2014, 08/2014 e 09/2014, lavrados em 2014, os quais questionam a exclusão de determinados valores da base de cálculo do ISS incidentes sobre aquisições de maquinário para implantação dos parques eólicos.

Conforme alegado na inicial, houve inércia da municipalidade por mais de cinco anos desde a constituição definitiva do crédito, ocorrida em 09 de agosto de 2019, sem o ajuizamento de execução fiscal. Assim, amparadas pelo art. 174 do Código Tributário Nacional, as empresas requerem a extinção dos créditos tributários e o afastamento de quaisquer restrições fiscais indevidas, inclusive com pedido de tutela provisória de urgência.

A Administração entende que a probabilidade de êxito da demanda é possível e acompanha o processo com assessoria jurídica especializada.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Recebimento de indenização em discussão arbitral

Em 27 de abril de 2020, as controladas dos complexos Amontada, Riachão, e Caldeirão Grande I iniciaram um procedimento arbitral contra um fornecedor, buscando o pagamento de danos, multas e indenizações, em montante superior ao da demanda contraposta. Em 17 de junho de 2025, o Tribunal Arbitral proferiu sentença favorável, resultando no recebimento final de indenização, pelas controladas, de R\$ 13.048. Em 23 de setembro de 2025, as seguintes controladas receberam o valor acordado no processo:

<b>Controlada</b>	<b>Montante recebido</b>
Ilha Grande	R\$ 3.393
Palmas	R\$ 5.480
Anemoi	R\$ 4.175
<b>Total</b>	<b>R\$ 13.048</b>

Adicionalmente, foram estornadas faturas com o fornecedor no valor total de R\$ 4.695.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### (c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia forneceu as seguintes garantias:

- Garantia corporativa de parte das obrigações de contrato de venda de participação societária da Chapecó, realizado pela sua Controladora FIP Astra.
- Garantia corporativa de parte das obrigações de contrato de venda de participação societária das investidas PICUÍs, realizado pela sua investida indireta Éolos.

Não se espera geração de passivos nestas operações.

### (d) Auto de Infração - Processo Administrativo nº 16327.720081/2026-62

Em 27 de janeiro de 2026, a Companhia foi cientificada acerca de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) em face da CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda (“CBSF”), antiga gestora do FIP ASTRA (controlador da Companhia), relativo à exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), relativo ao ano-calendário de 2021, cumulado com juros de mora e multa no valor total de R\$ 1.396.133.

A RFB atribuiu à Companhia responsabilidade tributária solidária.

A Companhia apresentou Impugnação, em 24 de fevereiro de 2026.

O processo se encontra pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil (“DRJ”). A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível. E, no que diz respeito à responsabilidade solidária atribuída à Ibitu Energia, classificou a probabilidade de perda como possível, com viés favorável.

## 22. Licenças ambientais de instalação e operação

Referem-se à provisão para cumprimento de obrigações ambientais assumidas com a obtenção das licenças ambientais que permitem a instalação e operação dos parques geradores, conforme abaixo:

	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>		
Licença ambiental de instalação	1.548	2.236
Licença ambiental de operação	3.666	3.543
(-) Ajuste a valor presente ambiental	(149)	(155)
<b>Total</b>	<b>5.065</b>	<b>5.624</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Licença ambiental de operação	4.044	6.013
(-) Ajuste a valor presente ambiental	(1.556)	(1.756)
<b>Total</b>	<b>2.488</b>	<b>4.257</b>
<b>Total</b>	<b>7.553</b>	<b>9.881</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O saldo passivo é atualizado por IPCA e ajustado a valor presente à taxa real WACC de 10,67% a.a. A movimentação do passivo foi como segue:

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>9.881</b>	<b>2.749</b>
Constituição	989	11.991
(-) Ajuste a valor presente ambiental na constituição em contrapartida ao intangível	-	(1.912)
Atualização financeira (Nota Explicativa nº 33)	175	890
(-) Ajuste a valor presente ambiental (Nota Explicativa nº 33)	360	-
Pagamentos	(3.852)	(3.837)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>7.553</b>	<b>9.881</b>
<b>Saldo do passivo circulante</b>	<b>5.065</b>	<b>5.624</b>
<b>Saldo do passivo não circulante</b>	<b>2.488</b>	<b>4.257</b>

A estimativa de cumprimento das obrigações vinculadas às licenças de operação segue o seguinte calendário:

Saldo devedor total em 31/12/2025	Menos de um ano até 31/12/2026	Entre 1º de janeiro de 2027 e dezembro de 2030	Após 2030
<b>7.553</b>	<b>5.065</b>	<b>2.488</b>	-

Em 2024, nas controladas, foram reconhecidas provisões para cumprimento das licenças ambientais de operação em contrapartida aos direitos de operar no ativo intangível (Nota Explicativa no 15), que serão amortizados pela vida útil das licenças com duração entre 3 e 6 anos. Os ativos estão sendo amortizados à taxa média de 27,07% ao ano:

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>6.920</b>	-
Constituição	-	11.991
Ajuste a valor presente na constituição	-	(1.912)
<b>Subtotal líquido (Nota Explicativa nº 15)</b>	<b>6.920</b>	<b>10.079</b>
Adições	989	-
Amortização	(3.028)	(3.159)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>4.881</b>	<b>6.920</b>

## 23. Ativo de direito de uso e arrendamentos

As controladas possuem contratos de arrendamento de uso de terras para a instalação de seus parques de geração de energia, com pagamentos mensais correspondentes a 1,5% dos faturamentos provenientes da venda de energia elétrica por todo o período da autorização. Adicionalmente, há contrato de locação de imóvel para fins administrativos.

Os pagamentos são baseados no faturamento, sendo classificado como fixo em essência, pois o preço de venda da energia e a quantidade de energia (MWh) a ser fornecida estão preestabelecidos nos contratos, sem variações inesperadas, garantindo previsibilidade nos valores.

Os valores variáveis do faturamento não foram considerados na mensuração e reconhecimento do direito de uso e do arrendamento.

### Ativo de direito de uso

Os contratos de arrendamentos possuem prazos que abrangem todo o período de autorização e estão sendo depreciados a uma taxa média de 5,25% a.a.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos e a movimentação do ativo de direito de uso estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>94.684</b>	-
Constituição	(1.791)	99.115
Ajuste de remensuração	1.467	-
Depreciação - 5,25% a.a.	(5.419)	(4.431)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>88.941</b>	<b>94.684</b>

Em 2025, do total de depreciação de R\$ 5.419, R\$ 4.432 estão classificados na demonstração de resultados como custos dos serviços e R\$ 987, como despesas operacionais.

### Arrendamentos (passivo)

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa real WACC de 10,67% a.a. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>98.696</b>	-
Constituição	1.467	99.115
Remensuração	(1.791)	-
Ajuste a valor presente - AVP (Nota Explicativa nº 33)	14.723	10.574
Pagamentos	(11.628)	(10.993)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>101.467</b>	<b>98.696</b>
<b>Saldo do passivo circulante</b>	<b>10.265</b>	<b>8.778</b>
<b>Saldo do passivo não circulante</b>	<b>91.202</b>	<b>89.918</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Saldo devedor total em	Menos de um ano até	Entre 1º de janeiro de 2027 e	Após 2030
31/12/2025	31/12/2026	dezembro de 2030	
<b>101.467</b>	<b>10.265</b>	<b>33.588</b>	<b>57.614</b>

## 24. Provisão para desmantelamento

Os saldos referentes as provisões para desmantelamento dos parques solares e eólicos foram contabilizadas com base em estudo de estimativas dos custos para desmontagem, realizados por equipe interna de engenharia. Este levantamento leva em consideração as obrigações de desmantelamento existentes em função dos contratos regulatórios e ambientais das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado, em seu reconhecimento inicial, subsequentemente, as atualizações financeiras e ajustes a valor presente incorridos sobre as provisões são registrados em contrapartida ao resultado financeiro. Os valores de estimativa do levantamento foram projetados até o término dos prazos de autorização, com atualização pelo IPCA, e posteriormente ajustado a valor presente à taxa real de desconto de 12,81% a.a., sendo reavaliados periodicamente pela Companhia.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo remanescente de autorização.

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>12.392</b>	<b>9.864</b>
Ajuste a valor presente (resultado) (Nota Explicativa nº 33)	5.943	6.221
Atualização financeira (Nota Explicativa nº 33)	(5.346)	(3.693)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>12.989</b>	<b>12.392</b>
<b>Montante por complexo:</b>		
<b>Controladas Tupi</b>		
Complexo Icarai	1.043	1.006
Complexo Taíba	907	875
Complexo Amontada	1.231	1.167
Complexo Riachão	2.268	2.181
<b>Total</b>	<b>5.449</b>	<b>5.229</b>
Complexo Caldeirão I	2.152	2.071
Complexo Caldeirão II	5.388	5.092
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>12.392</b>

## 25. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.001.116 (R\$1.608.918 em 31 de dezembro de 2024), totalmente integralizados pelo Astra Infraestrutura I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP ASTRA"), representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

	Total de ações ordinárias em milhares	Percentual do capital social	Valor
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>			
Astra Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP ASTRA")	1.001.116	100%	1.001.116
<b>Total</b>	<b>1.001.116</b>	<b>100%</b>	<b>1.001.116</b>

	Total de ações ordinárias em milhares	Percentual do capital social	Valor
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>			
Astra Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP ASTRA")	1.608.918	100%	1.608.918
<b>Total</b>	<b>1.608.918</b>	<b>100%</b>	<b>1.608.918</b>

Em 30 de janeiro de 2024, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$ 449.449, viabilizado pela capitalização de créditos detidos pela controladora contra a Ibitu Renováveis (Nota Explicativa no 20). A operação ocorreu de forma concomitante: a conversão da dívida em capital na controlada refletiu-se, simultaneamente, em um aumento de capital na Companhia.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício de 2024, a Companhia aprovou reduções de seu capital social que totalizaram R\$ 127.854, por considerá-lo excessivo frente ao seu objeto social. As operações foram deliberadas em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 19 de março (R\$ 47.854) e 9 de agosto (R\$ 80.000) e totalmente liquidadas em 2024.

Em 20 de dezembro de 2024, foi aprovada a redução de capital da Companhia em Assembleia Extraordinária, no montante de R\$ 16.996, em razão de prejuízos acumulados no exercício de 2023.

Em 11 de fevereiro de 2025, foi aprovada a redução de capital da Companhia em Assembleia Extraordinária, no montante de R\$ 607.802 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, passando de R\$ 1.608.918 para R\$ 1.001.116. Em 17 de abril e 12 de maio de 2025, a Companhia liquidou o pagamento da redução de capital social aprovado. O montante total de R\$ 607.802 foi quitado em duas parcelas, de R\$ 569.655 e R\$ 38.147, respectivamente. Os recursos utilizados foram provenientes de reduções de capital efetivadas pela controlada Tupi (R\$ 535.000) e Ibitu Renováveis (R\$ 72.801);

### b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: **(i)** 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; **(ii)** importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

	2025	2024
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>
Absorção de reserva legal por prejuízo do exercício	1.320	-
Reserva legal - 5%	-	(1.320)
Dividendos intermediários pagos (*)	-	(25.000)
Reserva de lucros para ser destinada em assembleia de acionistas	-	(76)

**(\*)** A Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 25.000, conforme ata de assembleia realizadas em 20 de dezembro de 2024.

Em 2024, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 25.000 satisfaz integralmente a obrigação do dividendo mínimo obrigatório de 25%. Conseqüentemente, não houve nova deliberação sob este título. Adicionalmente, em Assembleia Geral Ordinária, o saldo de lucros de R\$ 76 – originalmente registrado em reserva de lucros — teve seu pagamento deliberado como dividendo adicional.

### c) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de retenção de lucros é formada pelos resultados após destinação de dividendos obrigatórios, sendo apresentada anualmente pela Administração em assembleia de acionistas para destinação.

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.396</b>	<b>-</b>
Absorção dos prejuízos com uso da reserva legal	(1.320)	-
Destinação dividendos exercício anterior	(76)	-
Reserva legal - 5%	-	1.320
Reserva de lucros a ser destinada em assembleia	-	76
<b>Saldo final - Reservas de lucros</b>	<b>-</b>	<b>1.396</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Suprimento de energia elétrica - Terceiros	962.337	835.954
<b>Total receita bruta</b>	<b>962.337</b>	<b>835.954</b>
<b>(-) Deduções da receita bruta</b>		
PIS	(19.347)	(11.868)
Cofins	(89.157)	(54.704)
ISS	(19)	(84)
Taxa de fiscalização	(3.232)	(3.351)
<b>Total das deduções</b>	<b>(111.755)</b>	<b>(70.007)</b>
<b>Total</b>	<b>850.582</b>	<b>765.947</b>

A receita operacional líquida foi impactada pelo aumento do volume de operações de swap de submercado, de modulação e de fonte. Adicionalmente, verificou-se maior aquisição de energia em função do aumento do *curtailment*, conforme a seguir.

#### Impacto de *constrained-off* (cortes involuntários de geração)

Durante o exercício, a receita operacional líquida consolidada da Companhia foi impactada pelo mecanismo regulatório denominado “*constrained-off*”. Esse fenômeno ocorre quando a operação de determinadas unidades geradoras é limitada ou interrompida por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em razão de restrições operativas no sistema elétrico, como limitações na capacidade de transmissão, priorização de outras fontes de geração ou condições hidrológicas/técnicas específicas.

O “*constrained-off*” resulta na diminuição da geração de energia pelas unidades afetadas, impactando diretamente a receita e no montante de compra de energia da Companhia. No exercício, a Companhia foi impactada pela redução na geração, conforme a seguir:

2025		2024	
MWh (*) (**)	R\$ mil	MWh (*) (**)	R\$ mil
<b>441.837</b>	<b>120.626</b>	<b>198.886</b>	<b>45.528</b>

#### (\*) Informação não-financeira não auditada

##### Lei nº 15.269/2025 – Possibilidade de ressarcimento de *curtailment*

Em novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (originária da MP nº 1.304/2025), que introduz medidas de modernização do setor elétrico, incluindo a possibilidade de ressarcimento de valores relacionados a cortes involuntários de geração [*curtailment/constrained-off*].

Em 31 de dezembro de 2025, o MME abriu a Consulta Pública no 210/2025 com proposta de termo de compromisso para compensação do *constrained-off* por razão elétrica e por confiabilidade referente ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025. O tema ainda se encontra pendente de deliberação. A Companhia está avaliando a adesão à repactuação prevista na lei, o que poderá resultar em recebimento de ressarcimento, dependendo da regulamentação complementar pela ANEEL e da opção efetivada, estimado em R\$ 54.742

(\*\*) Até 31 de dezembro de 2025, não foi exercida qualquer opção de repactuação, e os saldos foram mantidos conforme as regras vigentes anteriores à lei.

(\*\*) Melhores estimativas, sujeitas a alterações com o cálculo final realizado pelo ONS.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Custos de operação

	Consolidado	
	2025	2024
Aluguéis e arrendamentos	(946)	(1.193)
Custo com pessoal	(15.110)	(14.218)
Impostos e taxas	(1.127)	(625)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(68.077)	(61.180)
Seguros	(4.817)	(5.112)
Ajuste de inventário (Nota Explicativa nº 10)	(646)	(128)
(Outros custos) Recuperação de despesas	2.985	(1.723)
<b>Total</b>	<b>(87.738)</b>	<b>(84.179)</b>

### 28. Compra de energia elétrica

O Grupo, por meio da Ibitu Comercializadora, firmou contratos de compra de energia com o objetivo de garantir o lastro necessário para o cumprimento das obrigações de venda de suas SPEs. Eventuais descasamentos entre compra e venda resultaram em exposições financeiras liquidadas no Mercado de Curto Prazo (MCP), no âmbito da CCEE, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme detalhado a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Compra de energia elétrica - CCEE	(7.678)	-
Compra de energia elétrica - terceiros	(425.709)	(236.971)
Opção de compra de energia	-	(1.292)
(-) Créditos de PIS e Cofins sobre compra de energia	76.480	34.150
<b>Total compra de energia elétrica</b>	<b>(356.907)</b>	<b>(204.113)</b>

Assim como a receita operacional líquida, as compras de energia também foram impactadas pelo aumento do volume de operações de swap de submercado, de modulação e de fonte. Adicionalmente, verificou-se maior aquisição de energia em função do aumento do *curtailment*, conforme detalhado na Nota Explicativa no 26.

### 29. Encargos de uso da rede elétrica (Consolidado)

Os encargos de uso da rede elétrica referem-se ao Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), pagos mensalmente às concessionárias de transmissão.

Os valores reconhecidos como despesa operacional nos exercícios foram os seguintes:

	2025	2024
Complexo Icarai	(6.490)	(6.302)
Complexo Taíba	(3.774)	(3.718)
Complexo Amontada	(4.423)	(4.411)
Complexo Riachão	(8.939)	(9.519)
Complexo Caldeirão Grande I	(14.373)	(12.774)
Complexo Caldeirão Grande II Solar	(11.328)	(10.594)
<b>Total</b>	<b>(49.327)</b>	<b>(47.318)</b>

O valor do pago é calculado com base no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratado, multiplicado pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), a qual é atualizada anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.427/1996, as controladas beneficiam-se de redução de 50% na TUST, em razão da potência injetada no sistema de transmissão ser inferior a 30 MW (\*).

### (\*) Informação não-financeira não auditada

## 30. Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Compartilhamento gastos com serviços	1.975	4.565	-	-
Honorários de contabilidade e consultoria financeira	(131)	(77)	(585)	(785)
Honorários advocatícios	(15)	(321)	(68)	(1.095)
Serviços de informática	(788)	(1.200)	(2.374)	(2.574)
Serviços de consultoria	(1.753)	(2.792)	(2.119)	(7.632)
Serviços de vigilância	-	-	(3.179)	(2.169)
Publicidade	(398)	(783)	(409)	(885)
Outros serviços de terceiros	(335)	(142)	(1.695)	(595)
<b>Total serviços de terceiros</b>	<b>(1.445)</b>	<b>(750)</b>	<b>(10.429)</b>	<b>(15.735)</b>

## 31. Despesa com pessoal

Até junho de 2025, a Companhia centralizava os desembolsos da folha de pagamento do grupo, processando os repasses via contrato de compartilhamento de despesas (cost sharing). A partir de então, as controladas Ibitu Renováveis e CGER passaram a realizar seus próprios pagamentos, mantendo-se o rateio dos gastos comuns com as demais empresas. Sob esse contrato, as despesas totalizaram R\$ 9.588 na controladora (R\$ 5.574 em 2024) e R\$ 49.321 no consolidado (R\$ 37.578 em 2024).

## 32. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Compartilhamento de despesas (*)	573	1.005	-	-
Aluguel de imóvel	-	-	(27)	(1.322)
Outros aluguéis e arrendamentos	-	(10)	(772)	(752)
Materiais e equipamentos	(66)	(121)	(664)	(805)
Serviços de limpeza e conservação	-	(60)	-	(279)
Serviços com cartório e taxas judiciais	(3)	-	(818)	(582)
Despesas com informática	(89)	-	(145)	(61)
Despesas com telefones e comunicações	-	-	(429)	(332)
Despesas com condomínio	-	-	(30)	(55)
Associação de classe	(375)	(399)	(685)	(651)
Seguro	-	(123)	-	(156)
Outras receitas(despesas) administrativa	(259)	(292)	778	(297)
<b>Total serviços de despesas administrativas</b>	<b>(219)</b>	<b>-</b>	<b>(2.792)</b>	<b>(5.292)</b>

(\*) Movimento de cobrança de gastos incorridos de maneira centralizada na Companhia e na Controladora, conforme previsto em contrato de compartilhamento de despesas do Grupo.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 33. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Receita de aplicação financeira	956	532	43.134	36.594
Multas e acréscimos moratórios	-	-	231	10
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 24)	-	-	5.346	3.693
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	-	-	312	1.633
PIS e Cofins s/ receita financeira	(57)	(35)	(1.628)	(979)
Atualização financeira de saldo negativo de impostos	-	-	-	4.370
Atualização financeira do contas a receber – Éolos (Nota Explicativa nº 5)	-	-	2.739	762
Atualização financeira de depósitos judiciais	-	-	121	-
Outras receitas financeiras	263	212	4.258	1.614
<b>Total</b>	<b>1.162</b>	<b>709</b>	<b>54.513</b>	<b>47.697</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Atualização financeira sobre financiamento (Nota Explicativa nº 17)	-	-	(1.681)	(2.717)
Encargos sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 17)	-	-	(39.696)	(60.756)
Encargos sobre debêntures (Nota Explicativa nº 18)	-	-	(71.537)	(44.293)
Atualização financeira debêntures (Nota Explicativa nº 18)	-	-	(91.067)	(30.750)
Comissões sobre fiança bancária (Nota Explicativa nº 17 (g))	(5.449)	-	(13.686)	(6.497)
IOF, taxas e tarifas bancárias	(14)	(15)	(612)	(847)
Ajuste a valor presente sobre aquisição empresas (Nota Explicativa nº 20)	-	-	(14.518)	(16.473)
Atualização monetária sobre ICMS diferido	-	-	(2.168)	(3.533)
Atualização monetária sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 24)	-	-	(5.943)	(6.221)
Ajuste a valor presente sobre arrendamento (Nota Explicativa nº 23)	-	-	(14.723)	(10.574)
Ajuste a valor presente sobre licença ambiental (Nota Explicativa nº 22)	-	-	(360)	-
Atualização monetária sobre licença ambiental (Nota Explicativa nº 22)	-	-	(175)	(890)
Atualização financeira sobre fornecedores	-	-	(610)	(419)
Atualização financeira sobre ressarcimento	-	-	(4.432)	(2.649)
Custo de captação empréstimos (Nota Explicativa nº 17)	-	-	(558)	(791)
Encargos sobre aquisição de empresas (Nota Explicativa nº 20)	-	-	(417)	(3.770)
Custo de captação debêntures (Nota Explicativa nº 18)	-	-	(1.964)	(660)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	(65)	(328)
<b>Total</b>	<b>(5.464)</b>	<b>(16)</b>	<b>(264.212)</b>	<b>(192.168)</b>
<b>Total</b>	<b>(4.302)</b>	<b>693</b>	<b>(209.699)</b>	<b>(144.471)</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 34. Impostos de renda e Contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	Controlada		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>	<b>(115.438)</b>	<b>43.701</b>
(-) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social das controladas sob lucro presumido	-	-	99.699	(50.409)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das empresas sob lucro real</b>	<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>	<b>(15.739)</b>	<b>(6.708)</b>
<b>Alíquota nominal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
<b>Despesa à alíquota nominal</b>	<b>45.682</b>	<b>(8.975)</b>	<b>5.351</b>	<b>2.281</b>
<b>Reconciliação para a taxa efetiva:</b>				
Efeito da alíquota do lucro presumido	-	-	(29.051)	(24.509)
Diferido de prejuízo fiscal não reconhecido	(45.682)	8.975	5.351	2.281
<b>Impostos de renda e contribuição social efetiva</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.051)</b>	<b>(24.509)</b>
<b>Composição dos tributos no resultado</b>				
Corrente	-	-	(29.051)	(24.509)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.051)</b>	<b>(24.509)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-25,17%</b>	<b>56,08%</b>

#### a.1) Apuração do lucro real da Companhia

	2025	2024
<b>Demonstração do cálculo dos tributos</b>		
<b>Resultado antes dos tributos das operações continuadas</b>	<b>(134.360)</b>	<b>26.396</b>
<b>Adições (exclusões):</b>		
Gratificações	-	130
Despesas operacionais - Administração central	1.370	741
Provisões não dedutíveis	180	56
Programa empresa cidadã	-	89
Brindes	4	61
Doações indedutíveis	-	4
Outras despesas indedutíveis	12	5
(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	(7.737)	(1.463)
(-) Resultado de equivalência patrimonial das operações continuadas	118.621	(33.104)
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>112.450</b>	<b>(33.481)</b>
<b>Base de cálculo antes da compensação da Base negativa</b>	<b>(21.910)</b>	<b>(7.085)</b>
<b>Total impostos correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### a.2) Apuração do lucro presumido em investidas

Efeito do lucro presumido	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta	762.584	668.909
<b>Total receita bruta</b>	<b>762.584</b>	<b>668.909</b>
<b>IRPJ</b>		
Alíquota da base	8%	
Base de cálculo do IRPJ	61.005	53.513
Alíquota nominal	15%	(9.153)
Alíquota adicional	10%	(5.621)
<b>Total IR sobre Receita Bruta</b>	<b>(14.774)</b>	<b>(12.898)</b>
Base receita financeira (regime de caixa)	17.121	24.914
Outras receitas	12.828	474
Alíquota nominal	15%	(4.492)
Alíquota adicional	10%	(2.995)
<b>Total IR sobre Receita financeira</b>	<b>(7.487)</b>	<b>(6.347)</b>
<b>Total final IR a pagar</b>	<b>(22.261)</b>	<b>(19.245)</b>
<b>CSLL</b>		
Alíquota da base	12%	
Base de cálculo da CSLL	91.509	80.269
Alíquota	9%	(8.237)
<b>Total CSLL sobre Receita Bruta</b>	<b>(8.237)</b>	<b>(7.224)</b>
Base receita financeira (regime de caixa)	17.121	24.914
Outras receitas	12.828	474
Alíquota	9%	(2.695)
<b>Total CSLL sobre Receita financeira</b>	<b>(2.695)</b>	<b>(2.285)</b>
<b>Total final CSLL a pagar</b>	<b>(10.932)</b>	<b>(9.509)</b>
<b>Total IR/CSLL a pagar -</b>		
<b>Lucro Presumido de controladas</b>	<b>(33.193)</b>	<b>(28.754)</b>
<b>Total IR/CSLL a pagar - Lucro Real de controladas</b>	<b>4.142</b>	<b>4.245</b>
<b>Total final IR/CSLL a pagar</b>	<b>(29.051)</b>	<b>(24.509)</b>
<b>Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(115.438)</b>	<b>43.701</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>25,17%</b>	<b>-56,08%</b>

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias de acordo com a probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Os saldos acumulados de impostos diferidos no ativo estão assim compostos:

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Consolidado):

	Consolidado	
	2025	2024
MtM - Marcação a Mercado de contratos futuros de energia (Nota Explicativa nº 12)	(32.826)	1.362
PIS e Cofins diferidos sobre MTM - (Nota Explicativa nº 12) - 9,25%	3.036	(126)
<b>Base de cálculo do tributo diferido - Marcação a mercado de contratos de comercialização de energia (Nota Explicativa nº 12)</b>	<b>(29.790)</b>	<b>1.236</b>
Imposto de renda diferido passivo (Nota Explicativa nº 12) - 25%	7.448	(309)
Contribuição Social diferida passiva (Nota Explicativa nº 12) - 9%	2.681	(111)
<b>Total tributos diferidos passivos (Nota Explicativa nº 12) (i)</b>	<b>10.129</b>	<b>(420)</b>
<b>Constituição (reversão) de tributo diferido ativo sobre prejuízos fiscais e bases negativas (ii)</b>	-	<b>2.245</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (iii)</b>	-	<b>(1.214)</b>
<b>Total Resultado - Imposto de renda e contribuição social diferidos (i + ii + iii)</b>	<b>10.129</b>	<b>611</b>

## 35. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos adiante poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Riscos e Compliance.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e de suas controladas podem ser assim identificados:

### a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

#### i) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo é administrado pela Companhia, sendo que o risco de inadimplência impacta as receitas das usinas.

Para 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o risco de crédito da Companhia e de suas controladas relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse contexto, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia das usinas das investidas é entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia e suas controladas não esperam nenhuma perda decorrente de inadimplência.

#### ii) Gestão do risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela Administração da Empresa.

A Empresa considera o valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, sejam eles de mercado ou crédito, para depurar e precificar seus negócios e carteira.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### iii) Gestão do risco de preço

Os contratos de compra e venda de energia elétrica estão sujeitos à volatilidade de preços decorrente de fatores hidrológicos, condições de mercado e variáveis macroeconômicas. Em geral, os contratos de longo prazo são celebrados com o intuito de administrar o portfólio de geração das partes relacionadas, sendo devidamente lastreados pela produção física desses ativos. A Empresa não costuma atuar de maneira especulativa, não costuma realizar operações descasadas de compra e venda de energia, não assumindo assim posições de sobras ou déficits de energia com a finalidade de gerar lucro de flutuações.

Conforme Nota explicativa no 12, a Empresa assumiu uma posição futura fora do perfil mencionado acima, no entanto, buscou se proteger dessa exposição e, para esse compromisso, reconheceu o valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia.

### iv) Risco de liquidez

A gestão do fluxo de caixa é centralizada na Companhia, com monitoramento contínuo das projeções para assegurar o cumprimento das obrigações de liquidez, o atendimento aos covenants financeiros e a manutenção de capital de giro suficiente para as operações. Eventuais excedentes de caixa da Companhia ou de suas subsidiárias são consolidados pela controladora e alocados em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco - como depósitos a prazo e aplicações de curto prazo - com vencimentos alinhados às necessidades de desembolso previstas.

A seguir são demonstrados os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Controladora			
	Saldo devedor total em 31/12/2025	Menos de um ano, até 31/12/2026	Entre um e dois anos de 1º de janeiro de 2027 até dezembro de 2030	A partir de 2030
<b>Moeda nacional</b>				
Fornecedores (Nota Explicativa nº16)	863	863	-	-
<b>Total</b>	<b>863</b>	<b>863</b>	-	-

	Consolidado			
	Saldo devedor total em 31/12/2025	Menos de um ano, até 31/12/2026	Entre um e dois anos, de 1º de janeiro de 2027 até dezembro de 2030	A partir de 2030
<b>Moeda nacional</b>				
Fornecedores (Nota Explicativa nº16)	62.188	57.596	4.592	-
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº17)	392.447	16.834	68.009	307.604
Debêntures (Nota Explicativa nº18)	1.428.560	122.630	380.852	925.078
<b>Total</b>	<b>1.883.195</b>	<b>197.060</b>	<b>453.453</b>	<b>1.232.682</b>

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco que uma variação de taxa de juros ou que o aumento dos encargos financeiros das renegociações das dívidas cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Os valores lançados na conta vinculada ao financiamento contratado pela Companhia e suas controladas, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros e encargos conforme divulgados nas Notas Explicativas no 17 e 18.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### v) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento nos parques eólicos, ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na diminuição de receita e/ou na necessidade de suprimento de energia, com impactos sobre o resultado do negócio.

### vi) Estimativa do valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em transação não forçada entre participantes de mercado na data de mensuração.

Os saldos contábeis de contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e arrendamentos aproximam-se substancialmente dos valores justos, em razão de seus prazos curtos ou indexação a taxas de mercado. Não é necessária divulgação adicional de estimativas de valor justo.

### vii) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado		Nível	Classificação por categoria
	2025	2024	2025	2024		
<b>Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e contas correntes (caixa e equivalente de caixa)	16	18	1.940	1.223	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalente de caixa)	8.503	19.470	236.235	242.837	1	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	-	-	84.514	90.766	-	Custo amortizado
Conta Ressarcimento de energia a receber - CCEE	-	-	163	400	-	Custo amortizado
Adiantamento a fornecedores	469	663	1.624	1.882	-	Custo amortizado
Dividendos a receber	-	7.678	-	-	-	Custo amortizado
						Valor justo por meio do resultado
Cauções de depósitos vinculados (caixa restrito)	-	-	9.941	49.328	2	Custo amortizado
Depósitos judiciais	-	-	38	-	-	Custo amortizado
Contas a receber de vendas de projetos	-	-	11.298	14.118	-	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de comercialização de energia	-	-	83.873	60.460	2	Valor justo por meio do resultado
<b>Total</b>	<b>8.988</b>	<b>27.829</b>	<b>429.626</b>	<b>461.014</b>		
<b>Não Circulante</b>						
						Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	-	111.720	65.585	2	Custo amortizado
Depósitos judiciais	20	36	50	58	-	Custo amortizado
Contas a receber de vendas de projetos	-	-	-	9.883	-	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de comercialização de energia	-	-	147.264	136.548	2	Valor justo por meio do resultado
Conta Ressarcimento de energia a receber - CCEE	-	-	548	11.988	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	26.644	96.507	-	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>26.664</b>	<b>96.543</b>	<b>259.582</b>	<b>224.062</b>		
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>35.652</b>	<b>124.372</b>	<b>689.208</b>	<b>685.076</b>		
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	863	4.718	57.596	45.732	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	-	-	16.834	63.664	-	Custo amortizado
Debêntures	-	-	122.630	81.768	-	Custo amortizado

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		Nível	Classificação por categoria
	2025	2024	2025	2024		
Conta Ressarcimento de energia a pagar - CCEE	-	-	-	58.515	-	Custo amortizado
Contas a pagar de aquisição de empresas	-	-	18.556	18.856	-	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de comercialização de energia	-	-	66.134	27.919	2	Valor justo por meio do resultado
Outras contas a pagar	-	-	15	-	-	Custo amortizado
Dividendos a pagar	76	-	76	-	-	Custo amortizado
Arrendamentos	-	-	10.265	8.778	-	Custo amortizado
Licença ambiental de operação	-	-	5.065	5.624	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	17.612	-	-	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>18.551</b>	<b>4.718</b>	<b>297.171</b>	<b>310.856</b>	<b>-</b>	
<b>Não Circulante</b>						
Fornecedores	-	-	4.592	11.566	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	-	-	375.613	644.745	-	Custo amortizado
Debêntures	-	-	1.305.930	574.593	-	Custo amortizado
Contas a pagar de aquisição de empresas	-	-	97.612	100.162	-	Custo amortizado
Contas ressarcimento de energia a pagar - CCEE	-	-	104.478	375	-	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de comercialização de energia	-	-	92.953	64.213	2	Valor justo por meio do resultado
Arrendamentos	-	-	91.202	89.918	-	Custo amortizado
Licença ambiental de operação	-	-	2.488	4.257	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	48.139	-	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>48.139</b>	<b>2.074.868</b>	<b>1.489.829</b>		
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>18.551</b>	<b>52.857</b>	<b>2.372.039</b>	<b>1.800.685</b>		

Todos os instrumentos são classificados ao custo amortizado, exceto aplicações financeiras, cauções vinculadas e instrumentos financeiros derivativos (valor justo por meio do resultado). A hierarquia de valor justo segue o CPC 46: Nível 1 (cotações em mercados ativos) e Nível 2 (entradas observáveis).

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois possui correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não são apresentadas nestas demonstrações financeiras quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

### Valor justo por meio do resultado

#### • Contratos futuros de comercialização de energia

	2025	2024
<b>Valor justo contratos futuros de comercialização de energia</b>		
Ativo circulante	83.873	60.460
Ativo não circulante	147.264	136.548
<b>Total do ativo</b>	<b>231.137</b>	<b>197.008</b>
Passivo circulante	(66.134)	(27.919)
Passivo não circulante	(92.953)	(64.213)
<b>Total do passivo</b>	<b>(159.087)</b>	<b>(92.132)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>72.050</b>	<b>104.876</b>

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
<b>Movimentação no exercício:</b>		
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia	(32.826)	1.362
(-) PIS e Cofins diferidos (9,25%)	3.036	(126)
<b>Efeito na receita operacional líquida</b>	<b>(29.790)</b>	<b>1.236</b>
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	10.129	611
<b>Efeito no resultado do exercício (Nota Explicativa nº 8)</b>	<b>(19.661)</b>	<b>1.847</b>

### viii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	8.519	19.488	238.175	244.060
<b>Total</b>	<b>8.519</b>	<b>19.488</b>	<b>238.175</b>	<b>244.060</b>

### ix) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

#### b) Riscos regulatórios

A atividade das controladas está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL. Alterações no arcabouço regulatório, nos procedimentos operativos ou nas diretrizes de planejamento e operação do sistema elétrico podem impactar de forma relevante o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia identifica o *constrained-off* como um dos principais riscos regulatórios, operacionais e financeiros atualmente observados no setor. O *constrained-off* decorre de determinações do ONS, que restringe a geração das usinas em função de limitações estruturais do sistema, tais como insuficiência de capacidade de escoamento da transmissão, condições operativas específicas, critérios de confiabilidade e segurança do sistema.

A recorrência do *constrained-off* tem gerado discussões no âmbito regulatório e institucional, com reflexos diretos sobre a previsibilidade de receitas dos empreendimentos de geração e sobre a percepção de risco do mercado, influenciando decisões de investimento, financiamento e estruturação contratual. Movimentos em curso se encontram em fase de deliberação, sem garantia de solução definitiva ou uniforme para todos os agentes.

O risco associado ao *constrained-off* é monitorado continuamente pela Companhia por meio da análise das condições de operação do sistema elétrico, acompanhamento dos relatórios e comunicados do ONS, avaliação das projeções de despacho e do planejamento da expansão da transmissão, bem como do acompanhamento da evolução regulatória junto à ANEEL e demais órgãos setoriais.

## 36. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia e suas controladas são auxiliadas por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

# Ibitu Energia S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro *Directors and Officers* (D&O) que abrange todas as companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

### Consolidado

Itens/bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura	Vigência
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais, quebra de máquinas/danos elétricos e outros.	R\$ 100.000	até 07/04/2026
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - operações amplas	R\$ 10.000	até 07/04/2026
Fiel cumprimento - Construtor - Éolos	Garantia de fiel cumprimento para outorga de autorização para exploração de empreendimento ou estudo eólico - Seridós - ANEEL	R\$ 74.250	até 30/01/2030
Fiel cumprimento - Construtor - Éolos	Garantia de fiel cumprimento para outorga de autorização para exploração de empreendimento ou estudo eólico - Tijuca - ANEEL	R\$ 8.250	até 28/02/2031
Imóvel - compreensivo empresarial	Compreensivo empresarial para o escritório de Fortaleza - seguradora HDI Seguros	R\$ 4.093	até 13/04/2026
Ativo imobilizado de CG2	Riscos operacionais - danos materiais, quebra de máquinas / danos elétricos, e outros	R\$ 423.601	até 07/04/2026
Responsabilidade civil de CG2	Responsabilidade civil geral - operações amplas	R\$ 10.000	até 07/04/2026
D&O	R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	R\$ 120.000	até 10/05/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

## 37. Eventos subsequentes

Em 27 de janeiro de 2026, a Companhia foi cientificada acerca de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") em face da CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda ("CBSF"), antiga gestora do FIP ASTRA (controlador da Companhia), relativo à exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), relativo ao ano-calendário de 2021, cumulado com juros de mora e multa no valor total de R\$ 1.396.133.

A RFB atribuiu à Companhia responsabilidade tributária solidária.

A Companhia apresentou Impugnação, em 24 de fevereiro de 2026.

O processo se encontra pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil ("DRJ"). A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível. E, no que diz respeito à responsabilidade solidária atribuída à Ibitu Energia, classificou a probabilidade de perda como possível, com viés favorável.

\* \* \*